

# 2017

## BALANÇO GERAL

*Espírito  
Santo*

O Estado  
que cuida  
das contas e  
das pessoas.



Jorge Sagrilo



Leonardo Duarte/Secom-ES



Tadeu Biancomi/Setur-ES



Jorge Sagrilo



Governador do Estado  
**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Vice-governador do Estado  
**CÉSAR COLNAGO**

Secretário de Estado da Fazenda  
**BRUNO FUNCHAL**

Subsecretário do Tesouro Estadual  
**GUSTAVO LISBOA CRUZ**

Subsecretário de Estado da Receita  
**SERGIO PEREIRA RICARDO**

Subsecretária de Estado para  
Assuntos Administrativos  
**FABIANA ALVES DA SILVA**

Contador Geral do Estado  
**BRUNO PIRES DIAS**



# MENSAGEM DO GOVERNADOR

## O início da retomada

Depois de três anos de grandes desafios, fechamos 2017 com a certeza de que todas as medidas que adotamos para equilibrar os gastos públicos e organizar as contas foram na direção certa. Enquanto muitos estados ainda procuram um caminho, o Espírito Santo já deixou a crise para trás e se posiciona como um exemplo para o país.

A reversão do cenário e o início da retomada de nossa economia aconteceram ao longo do segundo semestre de 2017, com um aumento lento, porém constante de nossa arrecadação e disseminado por toda economia. Foi essa reversão que nos permitiu dar passos extremamente importantes olhando para o futuro dos capixabas, nos diferenciando dos nossos vizinhos que terão que pagar dívidas passadas.

O aumento da arrecadação nos possibilitou realizar mais investimentos com recursos próprios e atender reivindicações antigas

dos nossos servidores, como a ampliação do auxílio alimentação a todos os servidores assim como um aumento no valor concedido. Também foi possível conceder um abono no valor de R\$ 1 mil para os servidores.

É importante destacar que, mesmo durante a pior crise que enfrentamos em nosso Estado, não deixamos de cuidar das pessoas. Realizamos projetos inovadores e transformadores como o Escola Viva, a Rede Cuidar, o Ocupação Social, o Águas e Paisagens e o Reflorestar.

Com o Estado organizado, estamos avançando no desenvolvimento e atraindo novos investimentos para as terras capixabas. Exemplo disso é o aumento das vagas de emprego acima da média nacional.

Em 2018, para continuarmos nossa trajetória de sucesso, teremos que trabalhar ainda mais, com foco nas prioridades, sem esquecer que o melhor caminho para se chegar a um futuro de prosperidade não é o mais fácil, mas sim o caminho certo. Vamos continuar fazendo do Espírito Santo exemplo para o país e motivo de orgulho para os capixabas.

**Paulo Hartung**  
Governador



# MENSAGEM DO SECRETÁRIO

## Tendência Positiva

A crise econômica que atingiu o País, entre os anos de 2015 e 2017, foi ainda mais impactante para o Espírito Santo. Uma sucessão de acontecimentos diretamente relacionados à nossa economia, como a crise hídrica, o desastre da Samarco e a queda da produção e do valor do petróleo, explicam o porquê de chamarmos essa crise de a maior de nossa história.

Com sucessivas quedas da receita, um dos grandes desafios era manter o equilíbrio das contas, tarefa bem-sucedida nos últimos três anos que resultou no melhor rating de crédito (Nota A) concedido pelo Tesouro Nacional. O esforço na gestão fiscal, além de possibilitar o cumprimento dos limites legais de gasto com pessoal, saúde e educação, também permitiu manter todos os pagamentos rigorosamente em dia, ativo cada vez mais raro em países com sérios problemas fiscais.

O segundo semestre de 2017 trouxe uma reversão desse cenário. A tendência positiva foi resultado de uma maior atividade econômica, tanto no âmbito nacional, quanto no nosso Estado, que apresentaram crescimento econômico de 1% e 1,7% respectivamente.

Com o equilíbrio das contas, o aumento da arrecadação e a sinalização de sua continuidade ao longo de 2018 permitiram ao Estado realizar ações importantes. Entre essas ações podemos destacar aumento de mais de 30% nos investimentos feitos com recurso próprio, além da valorização dos servidores públicos.

Finalmente, o ano de 2017 também foi marcante no avanço das ações com foco na melhoria do ambiente de negócios. A Secretaria da Fazenda inovou em diversas áreas, como na modernização da legislação de penalidades tributárias e na instituição do Código de Defesa do Contribuinte Capixaba. Ações como essas tendem a deixar nosso Estado mais competitivo, simples e seguro para trabalhar.

**Bruno Funchal**  
**Secretário de Estado da Fazenda**

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Ações do Governo</b>	<b>8</b>
Meio Ambiente	9
Saúde	11
Educação	14
Segurança/Direitos Humanos	16
Infraestrutura	20
Transparência e Gestão	22
Finanças	27
<b>Demonstrações Contábeis</b>	<b>30</b>



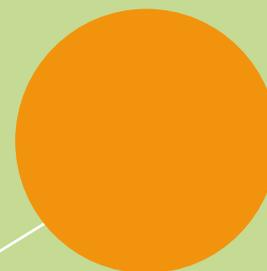
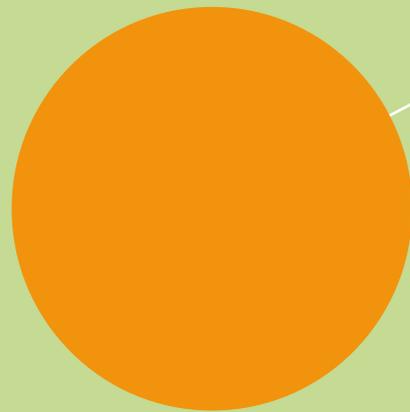


# APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo abordar o desempenho e a conformidade da gestão do Governo do Estado do Espírito Santo no exercício de 2017, no tocante aos aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, em relação à legislação em vigor.

As informações contábeis que integram o presente relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

# ACÇÕES DE GOVERNO



# MEIO AMBIENTE

## Construindo um presente e um futuro melhores

### PROGRAMA REFLORESTAR

O Programa Reflorestar gera renda e oportunidades para o produtor rural e a comunidade beneficiada, incentivando o plantio de árvores e a recuperação florestal, e é o maior investimento ambiental da história do Espírito Santo.

Hoje, são mais de 2 mil produtores beneficiados, mais de R\$ 20 milhões de investimentos e até 2020 serão 80 mil hectares de florestas recuperadas/preservadas (que equivalem a 80 mil campos de futebol).



### PROGRAMA ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

O Estado chega ao final de 2017 com 11 barragens concluídas por meio do Programa Estadual de Construção de Barragens. Os municípios já contemplados são Marilândia, Pinheiros e Jaguaré, que contam com uma barragem, e Montanha, Nova Venécia, Sooretama e São Roque, que receberam duas barragens. Há 14 obras em andamento e dezenas para começar no próximo ano. Até o final de 2018 serão 60 barragens em todo o Estado com um investimento de R\$ 60 milhões.

### REPRESA DO RIO JUCU

A represa do Rio Jucu, com 20 bilhões de litros de água, vai beneficiar mais de um milhão de habitantes na Região Metropolitana da Grande Vitória, com investimento de R\$ 108 milhões. O projeto básico, concluído no início de 2017, apontou que a barragem terá 50 metros.

## PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS E DA PAISAGEM

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem é mais um grande investimento do Governo do Estado. Com um investimento total no valor de R\$ 1,2 bilhão, o programa é inovador por realizar ações integradas para o uso coordenado da água, do solo e de recursos relacionados ao desenvolvimento sustentável. As ações do programa envolvem planejamento e gestão dos recursos hídricos e também de gestão de risco, com investimento específico para o saneamento ambiental.

Além dos municípios da Região do Caparaó, Dolores do Rio Preto, Irupi, Iúna e Ibatiba, Divino de São Lourenço e Conceição do Castelo, e da Região Serrana, em Marechal Floriano, também haverá ações específicas para o saneamento ambiental em

Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá (com obras que terão início este ano) e publicação de editais relativos às obras em Vila Velha, Cariacica, Viana e Domingos Martins, das bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu.



## REIS MAGOS

O marco deste ano de 2017 foi a entrega do Sistema de Abastecimento Reis Magos, previsto para 2020 no Plano Diretor de Água da Cesan, que antecipou e revisou seu programa de investimentos.

Com investimento na ordem de R\$ 70 milhões, o Sistema tem importância fundamental para a segurança hídrica da Grande Vitória, pois é um reforço para o abastecimento do município de Serra, com uma produção inicial de 500 litros de água por segundo. O Sistema Reis Magos compreende a captação de água no rio, adutora e elevatória de água bruta, estação de tratamento, reservatório de cinco milhões de litros, e elevatória e adutora de água tratada de 15 quilômetros, com diâmetro de 700 milímetros, que alimenta o reservatório localizado em Serra Sede, tudo já interligado. A nova captação do Rio Reis Magos, que teve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é equivalente ao abastecimento de uma cidade como Cachoeiro.



# SAÚDE

## REDE CUIDAR

Implantamos a Rede Cuidar, um novo conceito em saúde no Espírito Santo, mais humanizado e com estrutura para realização de consultas e exames mais perto de casa para quem mora fora da Grande Vitória. A integração das equipes da atenção primária com as da atenção ambulatorial especializada garante um atendimento capaz de resolver até 95% dos problemas de saúde da população em sua própria região, diminuindo as filas na Região Metropolitana.

Ao todo, cinco unidades serão implantadas, contemplando todas as regiões do Espírito Santo. Além das unidades em Nova Venécia e Santa Teresa, já em funcionamento, serão abertas unidades



em Guaçuí, Linhares e Domingos Martins.

Com a implantação das cinco unidades, a estimativa é de que 1 milhão de pessoas deixem de ser direcionadas para atendimento na Grande Vitória.

Até o momento, mais de 12 mil pessoas já foram atendidas e mais de 33 mil exames e consultas foram realizados na Rede Cuidar em Nova Venécia.

## MUTIRÕES

Fizemos dois mutirões em 2017. Na área de oftalmologia, começou em julho e foram realizadas 4.131 cirurgias. Além de agilizar a realização das cirurgias, a Sesa ofertou, durante o mutirão, 5.270 consultas, o que ajudou a movimentar a fila de oftalmologia geral.

Já na área de reabilitação física, entregamos 3.585 equipamentos (cadeira de rodas adulto e infantil, bengala, andador, muletas,

calçados anatômicos, entre outros). Com isso, foi zerada a fila para cadeiras de rodas paraplégicas e tetraplégicas padrão.

### AUMENTO DE CIRURGIAS

Foi também com reorganização da gestão dos recursos que conseguimos aumentar a realização de cirurgias ortopédicas eletivas, que é uma das grandes demandas de nossa rede hospitalar, com destaque para o Hospital Estadual de Vila Velha e o Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, no mesmo município. No Antônio Bezerra de Faria, o número de cirurgias ortopédicas realizadas aumentou 70%. Saímos de uma média de 66 por mês em 2016 para 112 em 2017.

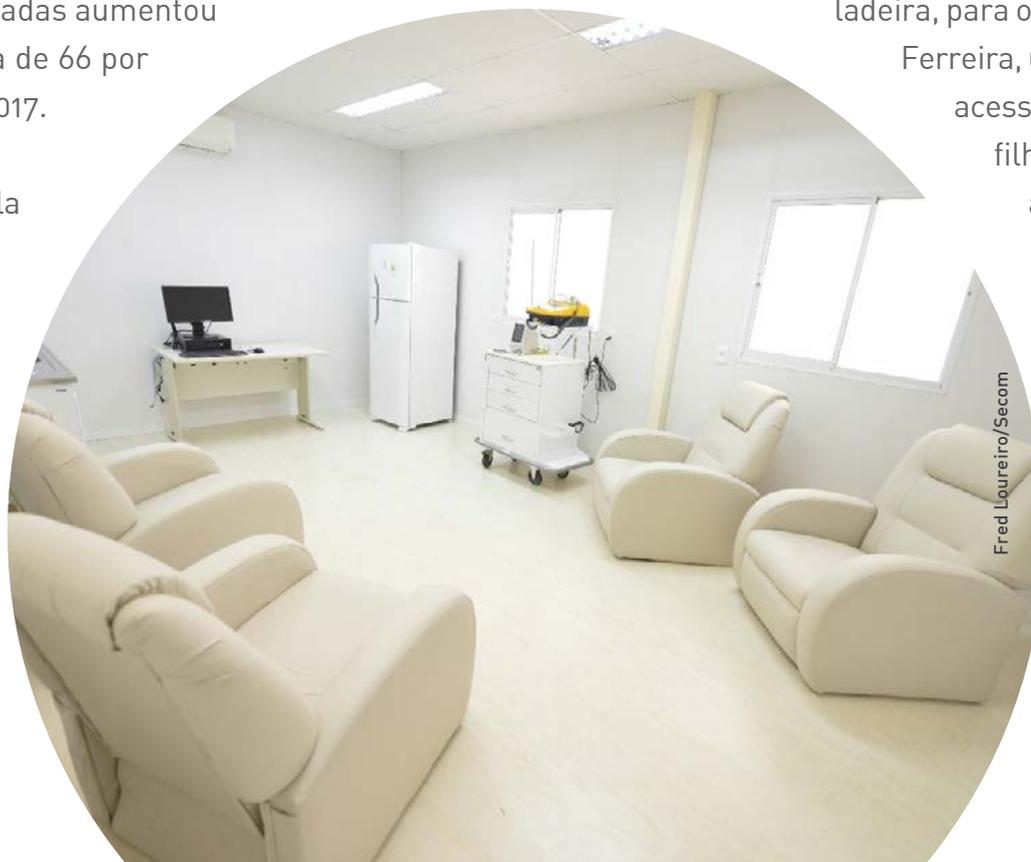
Já no Hospital Estadual de Vila Velha, que teve seu centro de ortopedia aberto em 2016, foram realizadas 2.955 cirurgias ortopédicas eletivas entre janeiro e outubro de 2017,

uma média de 295 por mês. Com isso, a fila para cirurgia de mão foi zerada.

### ATENDIMENTO PEDIÁTRICO

O atendimento pediátrico recebeu uma grande intervenção. Foi entregue o novo Pronto-Socorro “Dr<sup>a</sup> Milena Gottardi” do Hospital Estadual Infantil de Vitória e reaberto o Pronto-Socorro do Hospital Estadual Infantil e Maternidade de Vila Velha (Himaba). O PS do Infantil de Vitória foi transferido das dependências do hospital no bairro Santa Lúcia, localizado no topo de uma ladeira, para o Hospital da Política Militar, em Bento Ferreira, um local plano, com mais facilidade de acesso para os pais que precisam levar seus filhos. O novo Pronto-Socorro fica numa área de 888,32 metros quadrados, toda reformada, com equipamentos novos e uma equipe completa.

Com a entrega, o número total de leitos do Hospital Infantil de Vitória aumentou de 171 para 276. Desses, 105 estão no novo Pronto-Socorro. Já estão em



Fred Loureiro/Secom

## SAÚDE

andamento as obras para que a oncologia pediátrica saia de Santa Lúcia e vá para Bento Ferreira.

Desde outubro, quando o Himaba passou a ser gerido por um novo modelo de gestão, o pronto-socorro foi reaberto e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. Houve aumento de 40% nos atendimentos de urgência e emergência, 13% nas internações, 31% nas consultas e 26% nos exames e aumento de 46 leitos, sendo 10 de saúde mental infantojuvenil, a primeira unidade de saúde mental do Estado.

No Norte do Estado, firmamos convênio com o Hospital e Maternidade de São Mateus e liberamos R\$ 3.867.684,69 para reforma e ampliação da estrutura física do hospital. Com a obra, a unidade terá capacidade de realizar 3.382 partos de risco habitual e 966 partos de alto risco por ano. Além disso, terá 55 leitos SUS para atendimento à mulher e à criança da região. Um dos benefícios dessa parceria é que o hospital passará a ser referência em gestação de alto risco para os 14 municípios do Norte e aumentará a abrangência do atendimento em gestação de risco habitual de quatro para oito municípios.

Firmamos convênio com o Hospital Infantil Francisco de Assis (Hifa), de Cachoeiro de Itapemirim, e liberamos um crédito de



R\$ 7,5 milhões para que o prédio onde hoje funciona a Superintendência Regional da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), no bairro Aquidabã, seja reformado e possa abrigar uma estrutura de maternidade e atendimento neonatal.

## NOVOS LEITOS

Desde 2015, foram abertos 470 novos leitos na área da Saúde.

# EDUCAÇÃO

## ESCOLA VIVA

Escola Viva é o programa que prepara, descobre e trabalha os diversos potenciais. Estudantes e professores desenvolvem juntos as competências que a vida e o mercado exigem.

O programa já está ofertando 20 mil vagas para estudantes de várias regiões do Espírito Santo em 2018. Estamos saindo de 17 escolas em funcionamento, agregando mais 15 unidades de tempo integral, e somando 32 Escolas Vivas, em 23 municípios do Estado.



## PACTO PELA APRENDIZAGEM

O Pacto pela Aprendizagem (Paes) é uma política pública criada para propor ações para melhoria dos indicadores educacionais dos estudantes da educação básica no Espírito Santo, desenvolvendo competências como leitura, escrita e cálculo adequado à sua idade e ao nível de escolarização. O Pacto busca envolver a união de esforços entre o Governo do Estado, as prefeituras, a sociedade civil e a iniciativa privada, com ações focadas nas salas de aula, que resultem em avanços significativos de aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental. Até o momento, 75 municípios do Estado já assinaram a união ao Paes ou demonstraram interesse em fazer parte.

## FUNDO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2017, também instituímos o Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo. Com o Fundo, que faz parte do Paes, já estão sendo repassados recursos para os municípios realizarem ações

## EDUCAÇÃO

de construção, reforma e ampliação de creches e escolas, além da aquisição de equipamentos e materiais.

A medida visa a fortalecer a rede pública de ensino infantil. Serão investidos R\$ 50 milhões de recursos próprios do Estado, para serem transferidos para os municípios. Além desses, está previsto por meio do Fundo o repasse de mais recursos por meio de financiamentos de instituições nacionais e internacionais, inclusive do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

## INOVAÇÃO

O trabalho realizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia reuniu mais de 1.200 capixabas inscritos no programa Sinapse da Inovação, em parceria com a Fundação Certi de Santa Catarina.

São R\$ 2 milhões de investimentos disponíveis utilizados para subvencionar 40 projetos com até R\$ 50 mil e R\$ 1.754.000,00 na contratação da Fundação Certi, sendo R\$ 1.405.000,00 em 2017 e o restante no ano de 2018. O objetivo é incentivar o empreendedorismo inovador a partir

de recursos financeiros, capacitações e suporte para transformar ideias em startups.

## NOSSA BOLSA

Reformulamos e lançamos novo edital do programa Nossa Bolsa, que agora passa a oferecer mais oportunidades. Serão mais de 1.400 bolsas em 2018. Ainda este ano lançamos o Edital de Seleção de Bolsistas de Graduação, e cadastro das instituições de Ensino Superior para programas de iniciação científica, tecnológica e extensão e de demanda para o mestrado.

Além de ser um dos programas prioritários do Governo do Estado, o Nossa Bolsa impulsiona a formação de recursos humanos para um segmento prioritário da população. Permite que os alunos passem a ter uma formação integral, unificando ensino, pesquisa e extensão.

Neste ano, aproximadamente 3 mil pessoas foram contempladas com bolsas de graduação. Desse total, 800 já se formaram. O Programa oferece 54 cursos de graduação em 40 instituições de Ensino Superior. Em 2017, foram disponibilizados para a aplicação de recursos R\$ 22,5 milhões para custear as bolsas.



# SEGURANÇA/ DIREITOS HUMANOS

## OCUPAÇÃO SOCIAL

Em 2017, o Programa Ocupação Social criou 14.450 vagas e atendeu mais de 10.400 pessoas, com uma novidade, a inclusão de mais uma comunidade atendida: a região do Bairro da Penha, em Vitória, totalizando 26 bairros em nove municípios capixabas. Por meio de ações articuladas entre a sociedade civil, o setor privado e os poderes públicos, o programa levou atividades de educação, cultura, esporte, qualificação profissional e prestação de serviços às comunidades com alta vulnerabilidade social do Espírito Santo.



Fazem parte do Ocupação Social sete bairros na Serra: Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Bairro das Laranjeiras e Central Carapina; cinco em Vila Velha: Barramares, Ulisses Guimarães, Boa Vista, São Torquato e Santa Rita; quatro bairros em Cariacica: Nova Rosa da Penha, Nova Esperança, Flexal II e Castelo Branco; e em Vitória, Bairro da Penha e Nova Palestina.

No interior do Estado, cinco já desenvolvem o programa: Cachoeiro, no bairro Zumbi; Colatina, nos bairros Bela Vista e Ayrton Senna; São Mateus, em Vila Nova e Bom Sucesso; Linhares, nos bairros de Aviso e Interlagos. A região de Pinheiros é formada por uma pequena área do perímetro urbano da cidade.

## OPORTUNIDADES

O Projeto OportunidadES alcançou milhares de capixabas em todo o Espírito Santo por oferecer cursos de qualificação profissional gratuitos presenciais e a distância que visam à geração

## SEGURANÇA/ DIREITOS HUMANOS

de renda e à capacitação da população. O Projeto alcançou, em 2017, o número de 68.113 vagas ofertadas à população, sendo 20.010 em cursos presenciais e 48.103 na modalidade on-line. Ao todo, 47 bairros da Grande Vitória foram contemplados com o projeto em cinco municípios: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana.

Cursos em diferentes áreas de atuação foram oferecidos pelo projeto, por exemplo, Moda e Beleza, Saúde, Serviços, Gastronomia e Negócios Digitais, que mudaram a realidade das pessoas e têm gerado novas oportunidades de trabalho e renda.

### MICROCRÉDITO

Neste 2017, ofertamos microcrédito especialmente às comunidades atendidas pelo Ocupação Social. Pelo Nossocrédito #maiscomunidade, levamos financiamentos em condições especiais, via agentes locais, treinados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), para apoiar negócios de micro e pequeno portes, como lanchonetes e lojas, ou prestadores de serviços, como oficinas, costureiras e salões de beleza, com créditos de até R\$ 20 mil e juros atrativos, a partir de 1,7% ao mês. Mais de 50 mil moradores de 25 bairros carentes podem ter o acesso facilitado aos financiamentos com o Nossocrédito #maiscomunidade.



### EDITAIS DA CULTURA

Oferecemos o valor de R\$ 8 milhões para a realização dos Editais da Cultura. Um total de 380 projetos foi contemplado em um universo de 49 municípios capixabas. Apiacá, Itaguaçu, Iconha, Pancas, entre outros, que nunca haviam sido contemplados, hoje já recebem incentivos financeiros do Funcultura para a realização de seus projetos culturais. Um total de 32% dos projetos é oriundo de proponentes com até 29 anos de idade. Em 2017, foram lançados 34 editais nas áreas: audiovisual, artes cênicas, patrimônio, música, artes visuais, literatura e coletivos juvenis.

Em 2017, desenvolvemos projetos por meio do edital de cultura para 25 bairros do programa Ocupação Social. Um investimento de R\$ 40 mil para cada projeto, totalizando R\$ 1 milhão em formação cultural e artística.

## INVESTIMENTO NAS POLÍCIAS

Criamos as 12<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> Companhias Independentes, que levaram trabalho específico operacional para as localidades de Jardim Camburi, em Vitória, Jabaeté, em Vila Velha, e Feu Rosa, em Serra, respectivamente, aproximando os policiais das comunidades.

Criamos a Companhia Independente de Missões Especiais, com nova sede, substituindo o Batalhão de Missões Especiais (BME) e a Companhia de Operações com Cães.



## EQUIPAMENTOS E ARMAMENTOS

Novas viaturas foram entregues à Polícia Civil, sendo 22 veículos descaracterizados para o serviço de inteligência, e foi iniciado o processo de renovação das frotas das polícias Militar e Civil. Além disso, foram entregues 213 veículos GM Spin, adquiridos para 14 batalhões do Estado e outras nove Companhias Independentes. Ao todo, foram investidos R\$ 15.975.000,00.

Também foram adquiridos 251 fuzis do modelo Colt M4, calibre 556. Armamento leve, preciso, utilizado por equipes táticas de combate das melhores polícias do mundo. Deste total, 70 serão destinados para a Polícia Civil e 181 equipamentos serão para a utilização da Polícia Militar – são 146 para a modalidade de patrulhamento tático ostensivo e 35 para atividades de invasão tática (para o pelotão de operações especiais da Companhia Independente de Missões Especiais/CIMEsp). Mais de 3.500 novos coletes também foram fornecidos à Polícia Militar.

Entregamos, ainda, nove veículos, sendo quatro rabcões para o Departamento Médico-Legal (DML) e cinco caminhonetes para o Grupo de Operações Táticas (GOT). Os veículos foram adquiridos pela Polícia Civil com recursos do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil (Funrepoci) e o valor do investimento foi de R\$ 1.477.500,00.

## CONCURSOS E PROMOÇÕES

Foram anunciadas as promoções de 129 oficiais da Polícia Militar e outros 14 do Corpo de Bombeiros Militar. Os oficiais atingem as patentes de 1º e 2º tenentes e capitães.

Ampliando os investimentos na Segurança Pública, o Governo do Estado autorizou os concursos públicos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Ao todo serão 437 vagas para praças e oficiais. Das 310 vagas para a Polícia Militar, serão 250 para praças, dez para a banda, 30 para oficiais e 20 para oficiais médicos, que deverão atuar no Hospital da Polícia Militar (HPM). Das 127 vagas para o Corpo de Bombeiros Militar, 120 são para soldados e as demais para oficiais.

Uma grande conquista de 2017 foi a ampliação dos serviços do Hospital da Polícia Militar (HPM) que passa a oferecer oito mil atendimentos mensais em 25 especialidades. A unidade também oferecerá atendimento da policlínica em três turnos, sempre das 7h às 22h, de segunda a sábado; pronto-socorro com suporte de urgência e emergência 24 horas; exames radiológicos digitais que aumentam a qualidade da imagem e facilitam o diagnóstico do paciente; além de exames de tomografia computadorizada, ultrassom e ecocardiograma.



# INFRAESTRUTURA

Com o forte apoio e interlocução do Governo do Estado, avançamos em importantes agendas para o desenvolvimento do Estado. A conclusão da dragagem do Porto de Vitória, o início das obras da BR 262, a inauguração da linha portuária direta Vitória à China, o início da ampliação do Aeroporto de Linhares e a conclusão do novo Aeroporto de Vitória, realizados pelo Governo Federal, são investimentos importantes para ampliar a competitividade do Espírito Santo.

## CAMPO DIGITAL

Foi lançado neste ano o Programa Campo Digital, que vai levar 100 antenas de telefonia móvel e internet 3G para cem comunidades rurais do Espírito Santo. O edital de chamamento público já



Jorge Sagrito

foi lançado e a previsão é que as torres sejam instaladas de janeiro até agosto de 2018.

## LINHÕES DE ENERGIA

Uma importante ação foi a articulação do Governo do Estado para o sucesso da segunda etapa do Leilão de transmissão nº 13/2015, realizada em outubro de 2016 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No certame, todos os lotes com empreendimentos planejados para o Estado foram arrematados, gerando investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, além da geração de emprego e renda para o Espírito Santo. Serão realizados empreendimentos nos municípios de Linhares, São Mateus, Rio Novo do Sul e João Neiva.

O Espírito Santo participou com quatro lotes (Lote 6, 21, 22 e 24). Esses projetos vão reforçar o atendimento à Região Norte diante do esgotamento do sistema de suprimento, aumentando o grau de confiabilidade da área e também a capacidade de transmissão do

sistema interligado Nordeste - Sudeste, fortalecendo o Sistema Interligado Nacional (SIN) e proporcionando maior confiabilidade à segurança energética capixaba.

### ESTRADAS ESTADUAIS

Fizemos importantes investimentos nas estradas estaduais. Entregamos a Avenida Pedro Ramos como parte da Revitalização da Orla do Canal de Guarapari, em um investimento total de R\$ 45 milhões. Reiniciamos as obras do Contorno de Itaipava e Itaoca. O trecho do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES) vai do entroncamento da ES 487 até o Córrego

do Pinto. Ao todo, o Contorno terá 17,5 quilômetros de extensão e o investimento no trecho do DER-ES é de R\$ 19 milhões.

Anunciamos R\$ 282 milhões que serão aplicados em construção de pontes, implementação, pavimentação e recuperação de 11 rodovias que cortam 13 municípios do interior e da Grande Vitória. Os recursos são resultado de uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre os investimentos estão a implementação do Contorno de Apiacá, na ES 297, com 4,8 quilômetros de extensão, desviando o tráfego de veículos pesados da área urbana do município. Outras obras contemplam rodovias que hoje são estradas de terra e receberão pavimentação asfáltica. São os casos da ES 165, que liga o Distrito de Sobreiro a Laranja da Terra; a ES 010 Conceição da Barra x Itaúnas; a ES 388, ligando Xuri, em Vila Velha, a Amarelos, em Guarapari; a ES 315 no trecho entre o Distrito de Patrimônio Dilô e São Mateus; e a ES 164 no trecho entre Divino de São Lourenço e o Distrito de São Tiago, em Guaçuí. A implantação da Leste-Oeste, ligando Cariacica a Vila Velha, está na etapa final das obras, com investimento de mais de R\$ 130 milhões.

### PROJETOS PORTUÁRIOS

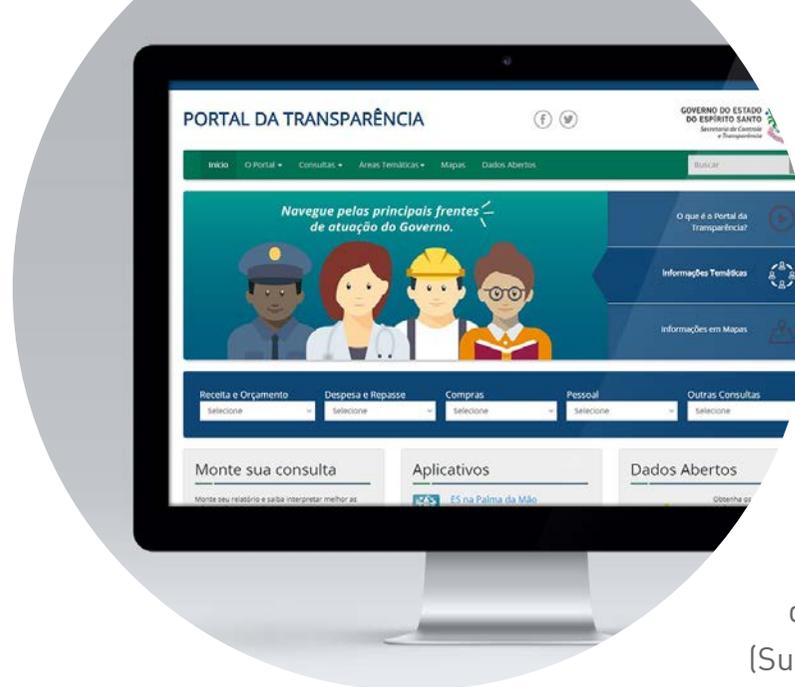
Ainda é importante destacar o avanço dos projetos portuários, principalmente dos portos Central, da Imetame e Portocel, e a criação da Zona Franca de Manaus, em Cariacica, neste ano.



# TRANSPARÊNCIA E GESTÃO

## CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

A Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) completou, em 2017, 30 anos de dedicação aos mecanismos de controle dos gastos públicos, e à prevenção e ao combate à corrupção para a melhoria da gestão. A secretaria, que já é referência nacional nessas áreas, registrou neste ano avanços nos campos da transparência, do controle interno e da aplicação da Lei Anticorrupção.



O Espírito Santo foi o primeiro Estado do País a aplicar a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/13) e a criar uma Subsecretaria de Integridade Governamental e Empresarial (Subint) para sua aplicação. Em 2017,

o Governo do Estado atingiu a marca de 37 processos administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados. Somente neste ano, foram instaurados 15 PARs e expedidas seis condenações. Além disso, foram abertas 57 denúncias e 15 portarias de investigação.

Desde que a lei entrou em vigor, já foram 13 condenações, com um total de 15 empresas punidas e mais de R\$ 3 milhões em multas.

## PRÊMIO NACIONAL

A atuação na aplicação da Lei Anticorrupção rendeu prêmio nacional ao Estado. Em maio, a Secont conquistou, por voto popular,

o prêmio Top of Mind de Compliance, sendo a instituição pública mais lembrada do Brasil quando se fala em ações de combate à corrupção. O prêmio, promovido pela LEC - Legal, Ethics & Compliance, organização dedicada à difusão da cultura de compliance – termo em inglês que representa o conjunto de ações para se fazer cumprir as normas –, foi entregue em São Paulo.

### PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Buscando investir na prevenção, o Estado também saiu na frente com a criação do Código de Conduta e Integridade dos Fornecedores de Bens e Serviço ao Estado do Espírito Santo, a Lei nº 329/2017.

Com 15 artigos, o Código de Integridade foi baseado nos mais modernos programas de compliance adotados por multinacionais.

Ele terá de ser seguido por todos os fornecedores do Estado e traz mais rigidez às contratações de bens e serviços, como a proibição da empresa oferecer brindes ou vantagens a servidores e de impedir

a competição justa em licitações, além da obrigação de informar ao Estado sobre qualquer ato ilícito que tiver conhecimento. De acordo com o código, todos os contratos firmados com o Poder Executivo Estadual terão uma cláusula com menção expressa a todas essas regras.

### MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Outra inovação neste ano foi que o Espírito Santo iniciou a implementação do projeto piloto de modernização do controle interno, com base na Lei Complementar 856/2017, publicada em 17 de maio. Com a nova legislação, que reorganiza todo o sistema de controle interno estadual, o Estado é o primeiro do País a adotar o modelo europeu de controle interno, reconhecido pelo Banco Mundial. A proposta é contribuir para a diminuição do desperdício de recursos, evitar desvios e permitir maior eficiência e eficácia da gestão pública.

O Espírito Santo foi escolhido pelo Banco Mundial no início de 2016 para desenvolver o projeto piloto, devido à estrutura já avançada na área. Para isso, um auditor do Estado conheceu os sistemas aplicados na Croácia e na Bulgária, últimas a se adequarem ao modelo da comunidade europeia.



### AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

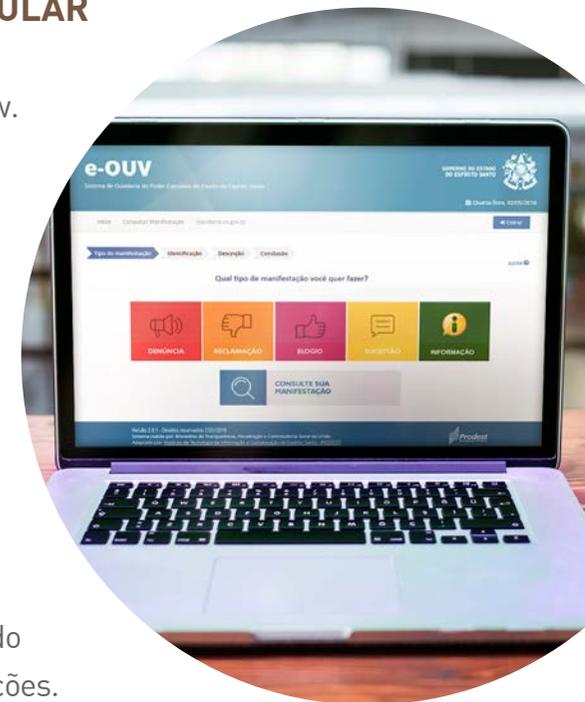
No campo da transparência, o novo Portal da Transparência ([www.transparencia.es.gov.br](http://www.transparencia.es.gov.br)), lançado em dezembro de 2016, foi modernizado e concebido para facilitar o acesso do cidadão, ampliar as informações disponibilizadas e permitir o entendimento e a utilização dos dados, em uma iniciativa inédita, pois contou com a participação direta da sociedade e dos gestores públicos na sua elaboração.

Desde então, comparando os dez primeiros meses deste ano com o ano passado, o número de acessos aumentou cerca de 15%. Foram mais de 6,1 milhões de páginas visualizadas de janeiro a outubro, contra 5,3 milhões no mesmo período de 2016. Além disso, a taxa de rejeição, percentual de visitas em que o usuário não interagiu com o site ou não clicou em nenhum link antes de fechar a página, caiu de 35,67% para 11,25%, no mesmo período.

A Transparência do Estado recebeu, em maio deste ano, a segunda nota 10 consecutiva, ficando em primeiro lugar na Escala Brasil Transparente, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Ministério da Transparência. O Espírito Santo também já havia conquistado duas notas 10 consecutivas, em 2015 e 2016, na avaliação do Ministério Público Federal (MPF).

### MAIOR PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Ouvidoria-Geral do Estado ([www.ouvidoria.es.gov.br](http://www.ouvidoria.es.gov.br)) também registrou um aumento significativo na participação popular. O canal, utilizado para sugestões, pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, elogios, entre outros, juntos ao governo estadual, recebeu 7.676 manifestações de janeiro a outubro deste ano, 37% a mais que no mesmo período de 2016, quando foram registradas 5.595 manifestações.



### FORTALECIMENTO DA CORREGEDORIA

Buscando padronizar, fortalecer e aprimorar as atividades do sistema de correção, a Corregedoria-Geral do Estado (Coges) realizou, em 27 de setembro, o VII Encontro de Corregedorias do Poder Executivo Estadual, quando foram apresentadas três conferências com palestrantes referências nacionais na área e que abordaram os princípios fundamentais que envolvem o direito administrativo disciplinar.

A Corregedoria-Geral contabilizou, em outubro, 364 processos em andamento. Neste ano, foram abertos 195 procedimentos, sendo 67% por acúmulo de cargos, 11% de incompatibilidade, 4% de incompatibilidade administrativa, 1% de uso indevido de carro oficial, entre outros.

### GESTÃO

Em 2017, também registramos inovações e avanços nos âmbitos da Gestão e dos Recursos Humanos. A mudança na concessão do auxílio-alimentação garantiu a cerca de 47 mil servidores o direito de recebê-lo. Os aproximadamente seis mil profissionais que já contavam com o benefício também tiveram ganhos com a medida, pois o valor dele aumentou em 25%. As duas ações representaram um impacto mensal de R\$ 11 milhões e anual de R\$ 143 milhões à folha do Executivo.

O TáxiGovES, um novo modelo de transporte de servidores a serviço, semelhante a aplicativos como Easy Táxi e 99 pop, é inovador na gestão pública capixaba e promove mudanças na cultura organizacional. A estimativa é

de que ele proporcione uma economia de R\$ 5 milhões para a Administração Estadual, já que substituirá gradativamente os veículos oficiais e reduzirá os custos com contratos de locação e manutenção.

### CNH SOCIAL

Este ano, visando dar mais oportunidades à população e transparência no processo de seleção, reformulamos também o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores (CNH Social). Agora, o programa possibilita o acesso gratuito de pessoas de baixa renda à obtenção da primeira habilitação nas categorias A (moto) ou B (carro) e, para aqueles que já são habilitados, a adição de categoria A ou B e mudança de categoria C (caminhão com até 6 mil Kg), D (van, micro-ônibus, ônibus) ou E (caminhão e carreta). Para participar, é preciso ser maior de 18 anos, saber ler e escrever e estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).



### PROGRAMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS

Garantimos, por meio de projeto de lei, o direito fundamental à ressocialização, proporcionando ao preso e ao egresso o acesso ao mercado de trabalho, e incentivamos as parcerias com os setores público e privado para contratação dessa mão de obra.

O Programa Estadual de Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional do Espírito Santo estabelece a obrigação de contratação de mão de obra advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de: 6% da mão de obra total para a execução do objeto contratual (3% - presidiários e 3% - egressos do sistema prisional). Reservamos, ainda, 3% das bolsas de estudo concedidas pelo Programa Bolsa Universitária, Nossa Bolsa, preferencialmente, aos egressos do sistema prisional do Espírito Santo, atendidos pelo Escritório Social da Secretaria de Estado da Justiça.



### GRATUIDADE EM COLETIVOS

Pessoas com mais de 60 ou menos de seis anos de idade e com deficiência têm isenção de passagem em viagens realizadas em coletivos intermunicipais em todo Espírito Santo. O benefício já é concedido na Região Metropolitana e agora foi ampliado.

# FINANÇAS



cionais, que analisa dados de 2016. De acordo com o documento, apenas o Espírito Santo e o Pará obtiveram a nota máxima.

## NOTA A

Fechamos o ano de 2017 com um saldo positivo. O Estado manteve suas contas equilibradas, registrou uma leve recuperação na arrecadação do ICMS e, ainda, modernizou a gestão de procedimentos internos, trazendo melhorias para o ambiente de negócios e para os capixabas em geral.

Como resultado das medidas adotadas pelo Governo do Estado para promover o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas, a Secretaria do Tesouro Nacional classificou o Espírito Santo como nota “A” no que diz respeito à capacidade de pagamento do Estado. A informação faz parte do Boletim de Finanças dos Entes Subna-

## REFIS

Preparando o Estado para uma retomada da economia, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) realizou um Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais, o Refis/2017. Uma oportunidade para que empresas e pessoas físicas organizassem suas finanças e quitassem suas dívidas de IPVA, ITCMD, ICM ou ICMS com até 100% de redução dos juros e das multas. Ao todo, 32,4 mil contribuintes aderiram ao Refis, com a arrecadação de R\$ 154,5 milhões. O Estado foi pioneiro ao estabelecer um prazo mínimo de cinco anos para a realização de um novo Refis. A medida foi seguida por outros estados e adotada também pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

## MODERNIZAÇÃO

Ao longo do ano a Sefaz investiu na introdução de novas tecnologias e ações inovadoras com o objetivo de aumentar a produtividade da máquina pública, bem como melhorar a relação entre o Fisco Estadual e os contribuintes.

Entre as principais ações nesse sentido estão a autorização do uso da Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e) para os produtores rurais e o estímulo ao credenciamento antecipado de varejistas à Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). É importante destacar que a Sefaz usa as informações geradas pelas NFC-e para compor a base de dados da versão capixaba do Aplicativo Menor Preço, app do Governo do Paraná trazido para o Espírito Santo por meio de um protocolo de intenção assinado pelos dois estados. O aplicativo compara preços praticados no varejo e indica ao consumidor onde encontrar o menor preço.

Outra importante ação foi zerar a fila de processos fiscais em julgamento na primeira instância administrativa. Além de solucionar o problema da morosidade nos julgamentos, ação busca aumentar a arrecadação e a eficiência da administra-

ção pública. A conquista é resultado de uma reformulação do modelo de gestão do processo administrativo fiscal do Estado, que incluiu a criação de turmas de julgamento, a digitalização de todos os processos administrativos fiscais e sua gestão eletrônica, uma vez que podem ser acessados de qualquer lugar, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), presente na Agência Virtual.

## MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A Sefaz promoveu a atualização da lei de penalidades tributárias com o objetivo de racionalizar procedimentos, melhorar a relação entre o Fisco Estadual e o contribuinte e aumentar a eficácia da arrecadação dos tributos. A lei revê as penalidades aplicadas pelo Fisco Estadual no tocante às obrigações acessórias previstas na legislação tributária, mantendo as penalidades para o caso de sonegação de impostos.

A Sefaz também elaborou o projeto de lei que cria o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Espírito Santo. Aprovado pela Assembleia Legislativa, o Código do Contribuinte aborda direitos e deveres do contribuinte capixaba, bem



Pedro Dutra/Secom

como os deveres da Administração Fazendária. Sua importância está em reunir e organizar, em uma única lei, diversas legislações tributárias e também estabelece diretrizes do Governo do Estado para desburocratizar e simplificar a ação do Fisco Estadual, além de institucionalizar o Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (GTFAZ), do qual participam federações, sindicatos e associações.

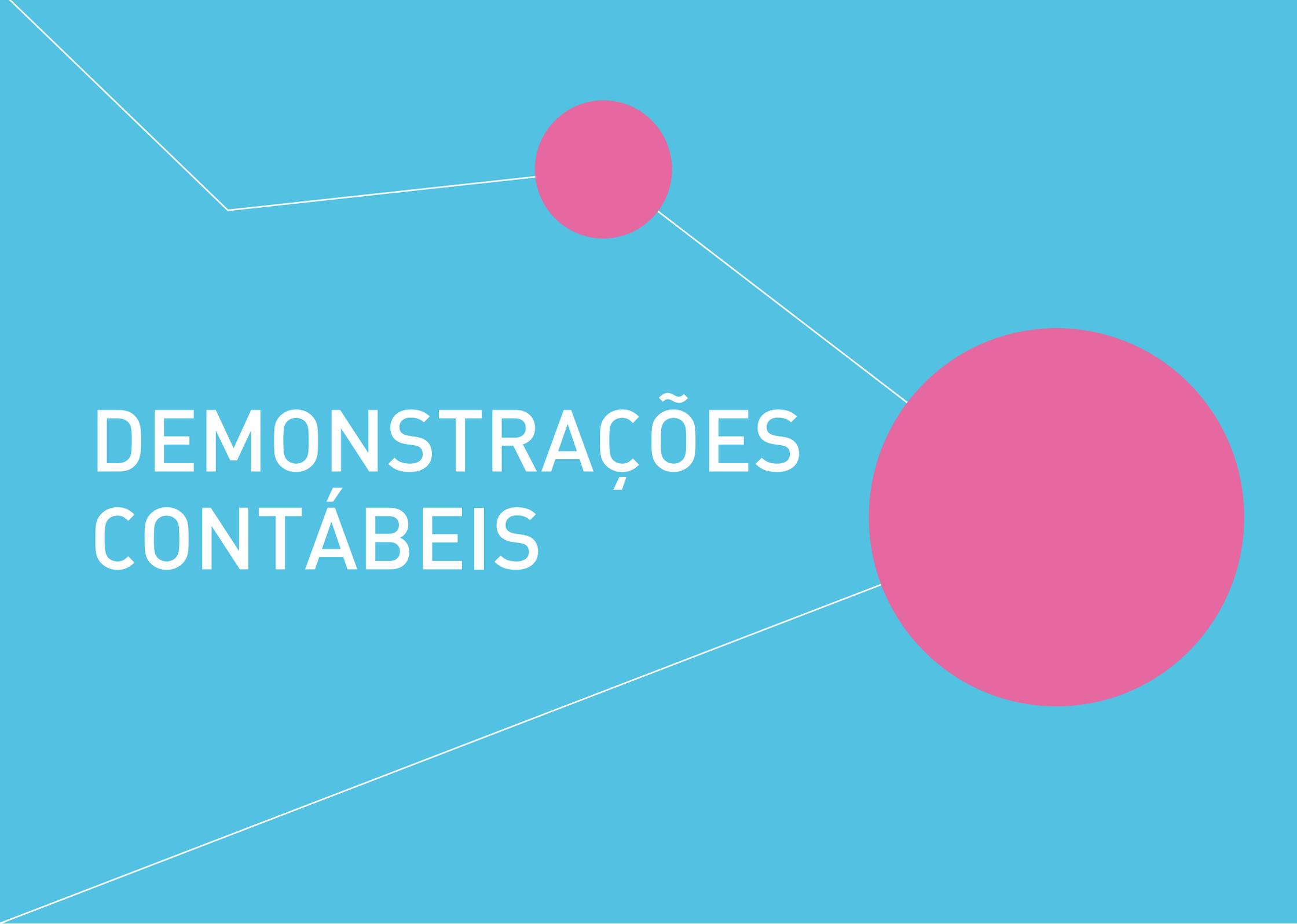
## CONFAZ

O Espírito Santo sediou a 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O encontro aconteceu em Vitória, nos dias 14 e 15 de dezembro, e reuniu secretários de Fazenda de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal (DF). A Reunião do fórum aprovou a regulamentação da Lei Complementar 160, conhecida como Lei da Convalidação dos Incentivos Fiscais. A aprovação foi uma conquista importantíssima para o Espírito Santo. A lei prevê que os incentivos terão prazo limite de vigência, sendo de cinco anos para o comércio atacadista, oito anos para o setor de exportações e 15 anos para a indústria.

O Confaz também aprovou a adesão do Espírito Santo ao Convênio 16/2015, que prevê a isenção de ICMS para a micro e minigeração de energia distribuída, beneficiando aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) de energia por mês pelo sistema de compensação com as companhias distribuidoras. O objetivo é estimular a migração para uma matriz energética limpa e sustentável.

## FISCALIZAÇÕES

A Sefaz, por meio da Receita Estadual, realizou operações de fiscalização, muitas vezes em parceria com outros órgãos como Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Ministério Público, Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (IPEM) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em geral, as operações têm por objetivo combater a sonegação fiscal, recuperar o imposto devido - que é repassado para a sociedade por meio de serviços públicos-, e também equalizar a concorrência no mercado. Entre as principais operações estão a Café Frio; Torrefação; Tijolo Legal; Vetus Vicus; Rock in Road; e a Joio do Trigo.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Balanco Orçamentário

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
<b>RECEITAS CORRENTES (II)</b>		<b>14.700.065.375,00</b>	<b>14.759.246.267,85</b>	<b>14.944.054.862,40</b>	<b>184.808.594,55</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		6.852.230.001,00	6.881.751.176,85	6.924.343.846,66	42.592.669,81
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.984.458.640,00	2.984.458.640,00	2.702.917.186,05	-281.541.453,95
RECEITA PATRIMONIAL		616.506.023,00	616.519.023,00	719.412.771,32	102.893.748,32
RECEITA AGROPECUÁRIA		10.000,00	10.000,00	1.652,85	-8.347,15
RECEITA INDUSTRIAL		21.360.000,00	21.360.000,00	14.657.313,32	-6.702.686,68
RECEITA DE SERVIÇOS		49.621.352,00	49.621.352,00	60.312.484,48	10.691.132,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.845.975.852,00	3.875.622.569,00	4.173.634.024,29	298.011.455,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		329.903.507,00	329.903.507,00	348.775.583,43	18.872.076,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>		<b>1.492.062.506,00</b>	<b>1.542.725.338,00</b>	<b>194.026.080,10</b>	<b>-1.348.699.257,90</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.144.809.000,00	1.194.209.000,00	88.870.091,22	-1.105.338.908,78
ALIENAÇÃO DE BENS		2.716.433,00	5.116.433,00	6.173.495,69	1.057.062,69
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		299.388.111,00	298.250.943,00	63.520.506,49	-234.730.436,51
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		45.148.962,00	45.148.962,00	35.461.986,70	-9.686.975,30
<b>Subtotal das receitas (III) = (I + II)</b>		<b>16.192.127.881,00</b>	<b>16.301.971.605,85</b>	<b>15.138.080.942,50</b>	<b>-1.163.890.663,35</b>

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)</b>		<b>16.192.127.881,00</b>	<b>16.301.971.605,85</b>	<b>15.138.080.942,50</b>	<b>-1.163.890.663,35</b>
Déficit Total (VI)		-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		<b>16.192.127.881,00</b>	<b>16.301.971.605,85</b>	<b>15.138.080.942,50</b>	<b>-1.163.890.663,35</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		-	<b>1.135.346.931,21</b>	<b>780.701.042,33</b>	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	0,00	0,00	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	34	-	1.134.746.931,21	780.701.042,33	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	600.000,00	0,00	-

continua

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (J) = (F-G)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>13.085.340.369,00</b>	<b>13.928.557.190,97</b>	<b>13.126.715.171,25</b>	<b>12.944.147.182,03</b>	<b>12.745.531.301,77</b>	<b>801.842.019,72</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.400.103.981,00	9.346.652.066,31	9.033.174.304,27	9.028.519.670,86	9.017.056.541,91	313.477.762,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		400.016.166,00	289.506.563,30	288.837.356,36	288.837.356,36	288.837.356,36	669.206,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.285.220.222,00	4.292.398.561,36	3.804.703.510,62	3.626.790.154,81	3.439.637.403,50	487.695.050,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>		<b>2.196.510.000,75</b>	<b>2.874.488.187,90</b>	<b>1.190.261.772,93</b>	<b>1.020.457.549,84</b>	<b>980.656.530,98</b>	<b>1.684.226.414,97</b>
INVESTIMENTOS		1.525.207.951,00	2.211.101.986,68	652.949.461,29	483.145.238,20	443.953.844,70	1.558.152.525,39
INVERSÕES FINANCEIRAS		519.411.550,00	504.716.771,02	379.247.460,42	379.247.460,42	378.637.835,06	125.469.310,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		151.890.499,75	158.669.430,20	158.064.851,22	158.064.851,22	158.064.851,22	604.578,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		233.933.035,00	110.451,94	0,00	0,00	0,00	110.451,94
<b>Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)</b>		<b>15.515.783.404,75</b>	<b>16.803.155.830,81</b>	<b>14.316.976.944,18</b>	<b>13.964.604.731,87</b>	<b>13.726.187.832,75</b>	<b>2.486.178.886,63</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)</b>		<b>117.619.476,25</b>	<b>75.437.706,25</b>	<b>75.361.057,70</b>	<b>75.361.057,70</b>	<b>75.361.057,70</b>	<b>76.648,55</b>
Amortização da Dívida Interna		117.619.476,25	75.437.706,25	75.361.057,70	75.361.057,70	75.361.057,70	76.648,55
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		117.619.476,25	75.437.706,25	75.361.057,70	75.361.057,70	75.361.057,70	76.648,55
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)</b>		<b>15.633.402.881,00</b>	<b>16.878.593.537,06</b>	<b>14.392.338.001,88</b>	<b>14.039.965.789,57</b>	<b>13.801.548.890,45</b>	<b>2.486.255.535,18</b>
Superávit (XIV)	36	-	-	745.742.940,62	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII+XIV)</b>		<b>15.633.402.881,00</b>	<b>16.878.593.537,06</b>	<b>15.138.080.942,50</b>	<b>14.039.965.789,57</b>	<b>13.801.548.890,45</b>	<b>2.486.255.535,18</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>		<b>558.725.000,00</b>	<b>558.725.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>558.725.000,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (C)	PAGOS (D)	CANCELADOS (E)	SALDO (F) = (A+B-D-E)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.099.890,73</b>	<b>169.408.286,45</b>	<b>117.789.966,68</b>	<b>117.312.379,00</b>	<b>43.486.451,56</b>	<b>10.709.346,62</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	7.807.875,80	5.332.109,83	5.328.204,91	1.875.030,00	604.640,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.099.890,73	161.600.410,65	112.457.856,85	111.984.174,09	41.611.421,56	10.104.705,73
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.284.361,37</b>	<b>68.528.560,24</b>	<b>48.171.048,95</b>	<b>44.991.387,33</b>	<b>21.409.116,62</b>	<b>4.412.417,66</b>
INVESTIMENTOS	2.284.361,37	68.362.865,63	48.171.048,95	44.991.387,33	21.243.422,01	4.412.417,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	165.694,61	0,00	0,00	165.694,61	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.384.252,10</b>	<b>237.936.846,69</b>	<b>165.961.015,63</b>	<b>162.303.766,33</b>	<b>64.895.568,18</b>	<b>15.121.764,28</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (E) = (A+B-C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.547.313,47</b>	<b>208.438.293,85</b>	<b>195.508.231,32</b>	<b>11.552.639,69</b>	<b>25.924.736,31</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.044.064,55	12.529.739,41	12.134.116,65	3.409.245,93	1.030.441,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.503.248,92	195.908.554,44	183.374.114,67	8.143.393,76	24.894.294,93
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.265.627,00</b>	<b>31.463.984,36</b>	<b>30.806.240,29</b>	<b>2.570.152,81</b>	<b>15.353.218,26</b>
INVESTIMENTOS	16.020.084,13	30.289.314,78	30.040.486,97	2.246.375,04	14.022.536,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.245.542,87	1.174.669,58	765.753,32	323.777,77	1.330.681,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>41.812.940,47</b>	<b>239.902.278,21</b>	<b>226.314.471,61</b>	<b>14.122.792,50</b>	<b>41.277.954,57</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# Balanco Financeiro

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)</b>	<b>37</b>	<b>15.138.080.942,50</b>	<b>14.797.829.953,87</b>
<b>Ordinária</b>		<b>7.961.310.521,36</b>	<b>6.742.051.800,74</b>
<b>Vinculada</b>		<b>7.176.770.421,14</b>	<b>8.055.778.153,13</b>
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	0,00
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		516.038.578,56	872.832.176,57
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.129.383.595,18	1.432.529.935,41
112 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC 2829-R, DE 17/08/11		425.889,83	2.712.872,85
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)		603.686.504,88	652.649.921,31
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)		294.759.178,60	266.121.126,54
115 - ALIENAÇÃO DE BENS		3.815.035,34	2.355.089,26
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º DE JULHO DE 2016		4.166.582,52	132.854.699,94
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		70.050.469,63	77.177.483,38
132 - COTA-PARTE FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		0,00	0,00
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO		52.785.825,92	26.079.214,78
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		19.112.491,06	20.690.607,73

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>		<b>14.392.338.001,88</b>	<b>14.015.285.276,56</b>
<b>Ordinária</b>		<b>6.457.083.912,89</b>	<b>6.424.440.685,02</b>
<b>Vinculada</b>		<b>7.935.254.088,99</b>	<b>7.590.844.591,54</b>
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		874.944.818,65	773.324.412,87
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.758.121.150,33	1.546.982.313,15
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)		595.670.756,96	644.507.030,19
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)		281.461.977,01	257.664.224,58
115 - ALIENAÇÃO DE BENS		2.474.050,24	0,00
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º DE JULHO DE 2016		0,00	132.094.485,42
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		40.012.682,37	35.695.232,02
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO		23.319.945,63	7.774.858,45
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		8.293.237,67	8.357.990,92
135 - SUS - PRODUÇÃO		568.458.550,48	557.938.750,13
139 - DOAÇÕES		572.738,34	0,00
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		360.000,00	2.244.705,84

continua

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
135 - SUS - PRODUÇÃO		619.427.120,48	587.185.556,86	142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		43.511.083,22	157.814.610,89
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS		0,00	0,00	143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		81.450.654,43	68.274.042,19
139 - DOAÇÕES		2.157.055,96	1.226.742,06	147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		5.965.131,01	294.361,10
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		605.307,13	5.373.959,23	150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		0,00	11.456,40
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		54.144.000,92	287.287.863,60	152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		8.414.597,67	0,00
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		90.534.242,96	88.060.111,44	154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		26.687.729,00	19.772.641,82
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE		0,00	0,00	157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		533.141,50	33.372,60
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		48.927,81	82.892,96	159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		65.108.717,96	67.993.188,67
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		22.576.815,54	8.962.282,45	163 - RECURSOS LEI PELÉ		1.779.666,62	1.121.164,96
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE		51.675,66	341.823,28	270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		2.599.273.878,92	0,00
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		209.831,59	240.717,36	271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		372.015.385,21	358.574.769,65
150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		730.802,14	712.068,73	272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		8.770.847,70	10.392.865,78
151 - PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA		19.154,42	21.631,56	274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.098.786,03	2.257.750,48
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		36.565.938,38	0,00	275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	0,00
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		27.343.243,87	20.741.296,88	302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE		1.010.008,26	36.289.785,94
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		2.734.250,28	1.278.706,88	304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		10.079.081,74	108.564.401,95
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		118.518.391,83	159.558.571,33	314 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - FUNDEB 40%		26.111.919,14	19.587.046,96
163 - RECURSOS LEI PELÉ		3.529.327,83	3.800.239,48	315 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ALIENAÇÃO DE BENS		3.529.592,17	4.481.269,32
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS DE ROYALTIES - LEI 8.308/06		0,00	0,00	331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		51.922.500,79	45.555.642,83

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC		2.076.481,18	22.588.698,15	332 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		0,00	5.430,54
167 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL		0,00	0,00	333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO		29.805.539,69	21.454.646,60
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		3.058.420.904,22	0,00	334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		9.269.282,24	7.097.852,40
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		415.246.956,18	468.483.412,55	335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		46.913.842,09	14.903.489,03
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		20.130.900,36	21.813.730,96	339 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DOAÇÕES		1.024.076,74	188.165,90
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		9.479,10	21.629,18	341 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		2.813.695,53	0,00
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		6.857.443,46	8.905.714,80	342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		163.198.569,56	96.306.149,04
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		525.706,55	0,00	343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		17.856.088,39	264.513,10
304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	0,00	347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		9.237.300,04	16.434.490,98
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		0,00	30.915,06	348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE		170.548,46	0,00
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO		0,00	128.914,73	349 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		0,00	695.725,84
334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		0,00	19.906,98	350 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		341.000,02	603.328,61
335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		0,00	8.172,69	357 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		267.359,80	2.008.140,43
342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	4.937.925,42	359 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		29.254.059,95	46.466.486,60
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	363 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS LEI PELÉ		2.839.422,06	3.527.128,53
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		82.311,77	527.547,45	365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC		2.447.904,68	945.723,55

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		0,00	0,00	367 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL		0,00	3,86
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		0,00	2.877.433.993,29	670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		44.484.024,50	0,00
				671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		99.623.163,95	101.261.005,52
				672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		12.221.291,80	12.444.965,05
				673 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		118.343,95	0,00
				674 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.415.946,49	1.141.003,97
				RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		0,00	2.397.493.966,88
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>		<b>9.789.808.711,90</b>	<b>9.689.825.033,56</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>		<b>9.789.808.711,90</b>	<b>9.689.825.033,56</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	38	7.720.597.902,63	7.452.164.826,55	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	38	7.720.597.902,63	7.452.164.826,55
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		1.842.580.215,51	2.041.607.827,63	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		1.842.580.215,51	2.041.607.827,63
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		226.630.593,76	196.052.379,38	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		226.630.593,76	196.052.379,38
<b>RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>		<b>8.330.934.901,05</b>	<b>8.242.581.012,99</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>		<b>8.223.874.700,04</b>	<b>8.273.353.542,96</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		352.372.212,31	237.936.846,69	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		164.525.511,08	189.687.488,05
Inscrição de Restos a Pagar Processados		238.416.899,12	239.902.278,21	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		224.092.726,86	177.754.792,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.738.826.028,42	7.754.908.694,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.834.458.462,14	7.897.135.880,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.319.761,20	9.833.194,04	Outros Pagamentos Extraorçamentários		797.999,96	8.775.381,49
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>		<b>5.645.848.656,17</b>	<b>4.894.076.508,83</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>		<b>6.498.651.797,80</b>	<b>5.645.848.656,17</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	39	5.232.064.693,80	4.442.368.376,28	Caixa e Equivalentes de Caixa	39	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40	413.783.962,37	451.708.132,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40	312.298.359,47	413.783.962,37
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>38.904.673.211,62</b>	<b>37.624.312.509,25</b>	<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>38.904.673.211,62</b>	<b>37.624.312.509,25</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# Balanco Patrimonial

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	2.930.273.882,80	2.609.213.545,09
Créditos a Curto Prazo	9	672.174.481,64	919.808.713,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	10	155.258.438,39	140.597.691,77
Estoques	11	222.869.725,26	241.361.096,99
V.P.D. Pagas Antecipadamente	12	1.650.276,49	1.112.438,60
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.982.226.804,58</b>	<b>3.912.093.485,53</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo		3.190.319.574,62	2.906.742.881,15
Créditos a longo prazo	9	3.176.529.204,77	2.895.263.474,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	13	13.790.369,85	11.479.407,05
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos	14	7.352.217.781,16	6.504.962.853,11
Imobilizado	15	8.414.671.552,93	8.214.822.447,08
Intangível	16	149.057.248,16	128.725.764,22
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>19.106.266.156,87</b>	<b>17.755.253.945,56</b>

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a CP	17	132.264.704,55	112.790.521,57
Empréstimos e Financiamentos a CP	18	301.377.474,74	242.290.587,88
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	19	159.035.875,60	151.617.433,51
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	20	3.296.698,99	2.957.272,62
Obrigações de Repartição a Outros Entes	21	1.863.848,68	2.689.514,21
Provisões a CP	22	3.341.143,58	0,00
Demais Obrigações a CP	23	490.793.341,01	571.873.344,54
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.091.973.087,15</b>	<b>1.084.218.674,33</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a LP	17	544.762.608,91	599.018.302,16
Empréstimos e Financiamentos de LP	18	5.935.145.855,89	5.930.043.806,88
Fornecedores e contas a pagar a LP		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	20	0,00	271.351,83
Provisões a LP	22	3.460.776.698,75	2.451.719.829,10
Demais Obrigações de LP	23	0,00	33.908.514,26
Resultado Diferido		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>9.940.685.163,55</b>	<b>9.014.961.804,23</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			
		<b>23.088.492.961,45</b>	<b>21.667.347.431,09</b>
<b>ATIVO (I)</b>			
ATIVO FINANCEIRO		6.552.936.423,91	5.754.701.761,97
ATIVO PERMANENTE		16.535.556.537,54	15.912.645.669,12
<b>Total do Ativo</b>		<b>23.088.492.961,45</b>	<b>21.667.347.431,09</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>			
COMPENSAÇÕES			
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Garantias e Contragarantias Recebidas		160.149.671,25	162.584.597,13
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres		1.054.690.611,50	992.845.071,62
Direitos Contratuais		9.566.195,87	133.539.543,52
Outros Atos Potenciais Ativos	27	1.191.902.437,18	0,00
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>2.416.308.915,80</b>	<b>1.288.969.212,27</b>

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Patrimônio Social/Capital Social		248.228.377,33	243.228.377,33
Adiant. Para Futuro Aumento de Capital		354.337,02	354.337,02
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados	25	11.807.251.996,40	11.324.584.238,18
Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>12.055.834.710,75</b>	<b>11.568.166.952,53</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>23.088.492.961,45</b>	<b>21.667.347.431,09</b>
<b>PASSIVO (II)</b>			
PASSIVO FINANCEIRO		1.010.260.303,73	982.464.162,44
PASSIVO PERMANENTE		10.362.785.277,65	9.343.483.265,69
<b>Total do Passivo</b>		<b>11.373.045.581,38</b>	<b>10.325.947.428,13</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>			
		<b>11.715.447.380,07</b>	<b>11.341.400.002,96</b>
COMPENSAÇÕES			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Garantias e Contragarantias Concedidas		47.413.329,71	37.260.999,56
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		4.427.621.808,18	3.608.321.482,91
Obrigações Contratuais		11.380.830.494,78	5.517.969.674,42
Outros Atos Potenciais Passivos		3.345.889.005,82	2.782.419.634,04
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>19.201.754.638,49</b>	<b>11.945.971.790,93</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
01 - Recursos Ordinários		753.643.783,61	525.622.323,06
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		36.272.695,41	14.744.911,61
04 - Ações e Serviços de Saúde		30.316.210,99	24.088.791,69
12 - Superávit Financeiro - dec. 2829-r de 17/08/11		4.755.802,14	4.329.912,31
13 - FUNDEB - 60%		5.972.673,58	4.789.165,64
14 - FUNDEB - 40%		22.381.684,49	26.191.271,83
15 - Alienação de Bens		1.648.886,95	3.577.730,84
16 - Depósitos Judiciais – Lei 10.549, de 1º de julho de 2016		4.933.705,79	767.123,27
31 - Cota-Parte Estadual do Salário-Educação		55.470.955,20	75.505.349,81
33 - Convênios - União		74.088.148,52	71.988.144,31
34 - Incentivo SUS - União		44.485.463,41	39.298.772,90
35 - SUS - Produção		57.027.412,78	50.162.167,38
39 - Doações		10.497.318,65	9.875.191,00
41 - Convênios com Órgãos Não Federais		1.002.385,18	3.103.404,57
42 - Operações de Crédito Internas		420.725.251,86	564.800.912,13
43 - Operações de Crédito Externas		15.938.323,48	23.522.018,04
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		488.698,86	439.771,05
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		19.747.537,40	12.373.152,91
48 - Programa Nacional Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		241.664,45	360.537,25

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
49 - Programa Brasil Alfabetizado		2.634.804,11	2.424.972,52
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO		1.816.054,27	1.426.252,15
51 - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA		297.997,47	278.843,05
52 - Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral		28.334.059,85	0,00
54 - CIDE		1.184.374,35	784.846,09
57 - Incentivo SUAS - União		6.086.558,27	4.142.310,78
59 - Transferências Financeiras a Fundos		233.101.987,59	203.063.970,81
61 - FUNCOP		125.272,29	125.272,29
63 - Recursos Lei Pelé		2.857.205,36	3.313.814,66
65 - PRONAT		24.725.484,38	25.096.907,88
70 - Recursos da Previdência		3.251.547.144,93	0,00
71 - Arrecadado pelo Órgão		352.495.064,63	2.984.751.843,09
72 - Convênios com Órgãos Federais		44.743.833,98	61.996.303,09
73 - Convênios com Órgãos não Federais		11.750,15	120.615,00
74 - Transferências de Instituições Privadas		32.534.838,62	29.153.365,89
75 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS		525.706,55	0,00
00 - Cauções e Valores Restituíveis		15.380,63	17.630,63
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>26</b>	<b>5.542.676.120,18</b>	<b>4.772.237.599,53</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# Demonstração das Variações Patrimoniais

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.835.947.097,25	10.294.013.645,78
Impostos	29	10.205.179.677,83	9.719.106.362,93
Taxas	29	630.767.419,42	574.907.282,85
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
<b>Contribuições</b>		<b>362.017.163,54</b>	<b>368.868.351,54</b>
Contribuições Sociais		362.017.163,54	368.868.351,54
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>71.253.706,16</b>	<b>68.277.144,98</b>
Venda de Mercadorias		105.838,92	76.444,00
Venda de Produtos		7.025.842,49	6.924.658,03
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços		64.122.024,75	61.276.042,95
<b>VPA - Financeiras</b>		<b>1.170.058.888,79</b>	<b>1.318.416.730,70</b>
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		95.557.902,05	101.403.281,76
Variações Monetárias e Cambiais		171.074.601,02	334.028.945,62
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras		636.993.530,47	349.259.567,11
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras		266.432.855,25	533.724.936,21
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>29</b>	<b>4.879.011.283,95</b>	<b>4.715.143.898,15</b>
Transferências Intragovernamentais		10.049.045,57	0,00
Transferências Intergovernamentais		4.727.589.229,60	4.547.438.397,65
Transferências de Instituições Privadas		141.268.101,97	167.669.062,07
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		104.906,81	36.438,43
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>90.326.576,02</b>	<b>2.653.430.406,10</b>
Reavaliação de Ativos		1.809.502,93	0,00

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ganhos com Alienação		518.781,49	275.619,24
Ganhos com Incorporação de Ativos		54.944.418,94	2.599.772.816,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos		33.053.872,66	53.130.148,75
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	251.821,44
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>642.975.137,49</b>	<b>909.405.172,69</b>
Resultado Positivo de Participações		357.006.104,16	323.242.317,46
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		43.108.322,00	97.532.051,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		242.860.711,33	488.630.803,25
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>18.051.589.853,20</b>	<b>20.327.555.349,94</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS</b>			
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>4.410.598.433,77</b>	<b>4.293.234.318,19</b>
Remuneração a Pessoal		4.118.860.217,28	4.073.611.861,01
Encargos Patronais		56.762.967,49	57.379.705,10
Benefícios a Pessoal		190.480.127,33	135.708.717,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		44.495.121,67	26.534.034,75
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>2.652.052.732,26</b>	<b>2.444.982.241,70</b>
Aposentadoria e Reformas		2.168.936.805,37	1.976.727.748,95
Pensões		451.453.390,37	438.458.064,30
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		31.662.536,52	29.796.428,45
<b>Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>2.086.989.012,89</b>	<b>2.093.195.588,40</b>
Uso de Material de Consumo		580.927.303,27	556.714.387,27
Serviços		1.485.505.749,93	1.506.696.509,63
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.555.959,69	29.784.691,50
<b>VPD - Financeiras</b>		<b>652.777.008,58</b>	<b>696.072.016,68</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		276.692.392,26	303.170.628,81
Juros e Encargos de Mora		796.627,56	754.492,51
Variações Monetárias e Cambiais		356.939.093,01	381.721.275,10
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		18.348.895,75	10.425.620,26
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>5.797.633.746,69</b>	<b>5.556.691.788,62</b>
Transferências Intragovernamentais		6.630.798,40	9.145.821,61
Transferências Intergovernamentais		4.598.965.037,87	4.470.003.084,24
Transferências para Instituições Privadas		1.103.900.231,15	990.955.628,67
Transferências a Instituições Multigovernamentais		1.621.254,69	12.798,79
Execução Orçamentária Delegada a Entes		86.516.424,58	86.574.455,31
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>1.919.981.455,81</b>	<b>2.443.328.560,15</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		1.748.953.039,87	2.330.126.341,71
Perdas com Alienação		17.607.834,64	5.276.053,59
Perdas Involuntárias		17.780.357,41	13.816.934,55
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		135.640.223,89	94.109.230,30
<b>Tributárias</b>		<b>143.001.203,13</b>	<b>143.240.645,01</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.943.464,66	2.073.290,97
Contribuições		141.057.738,47	141.167.354,04
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.252.843.749,49</b>	<b>559.789.211,26</b>
Premiações		7.578.304,96	4.126.341,71
Resultado Negativo de Participações		66.180.383,42	12.911,51
Incentivos		70.307.081,13	61.722.414,65
Constituição das Provisões		948.759.995,25	336.017.469,89
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		160.017.984,73	157.910.073,50
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>18.915.877.342,62</b>	<b>18.230.534.370,01</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>30</b>	<b>-864.287.489,42</b>	<b>2.097.020.979,93</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>31.853.284.791,86</b>	<b>30.933.979.643,94</b>
Receitas Derivadas e Originárias		10.770.420.838,11	10.395.009.960,09
Transferências Correntes Recebidas		13.963.442.736,19	13.731.892.319,95
Outros Ingressos Operacionais		7.119.421.217,56	6.807.077.363,90
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>29.961.387.081,20</b>	<b>29.295.603.771,68</b>
Pessoal e Demais Despesas		12.769.514.555,73	12.378.103.662,86
Juros e Encargos da Dívida		288.837.356,36	314.595.539,46
Transferências Concedidas		9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Outros Desembolsos Operacionais		7.113.226.457,21	6.913.079.535,80
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (II)</b>		<b>1.891.897.710,66</b>	<b>1.638.375.872,26</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>41.635.482,39</b>	<b>49.724.892,50</b>
Alienação de Bens		6.173.495,69	2.294.154,12
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		35.461.986,70	39.110.603,13
Outros Ingressos de Investimentos		0,00	8.320.135,25
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>898.389.307,38</b>	<b>950.523.785,47</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		498.814.845,61	519.400.804,11
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		361.308.639,02	388.083.854,56
Outros Desembolsos de Investimentos		38.265.822,75	43.039.126,80

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-856.753.824,99</b>	<b>-900.798.892,97</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>152.989.044,49</b>	<b>316.421.680,49</b>
Operações de Crédito		88.870.091,22	299.083.624,42
Transferências de Capital Recebidas		63.520.506,49	17.264.325,72
Outros Ingressos de Financiamento		598.446,78	73.730,35
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>233.844.185,63</b>	<b>264.302.342,26</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida		233.425.908,92	263.894.849,36
Outros Desembolsos de Financiamento		418.276,71	407.492,90
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>-80.855.141,14</b>	<b>52.119.338,23</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>954.288.744,53</b>	<b>789.696.317,52</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>31</b>	<b>5.232.064.693,80</b>	<b>4.442.368.376,28</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>31</b>	<b>6.186.353.438,33</b>	<b>5.232.064.693,80</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Anexo 1 – Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receita Tributária	6.924.343.846,66	6.566.454.805,90
Receita de Contribuições	2.702.917.186,05	2.517.095.650,83
Receita Patrimonial	58.773.353,90	56.891.860,17
Receita Agropecuária	1.652,85	3.941,55
Receita Industrial	14.657.313,32	14.618.651,18
Receita de Serviços	60.312.484,48	56.256.637,39
Remuneração das Disponibilidades	660.639.417,42	743.089.017,94
Outras Receitas Derivadas e Originárias	348.775.583,43	440.599.395,13
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>10.770.420.838,11</b>	<b>10.395.009.960,09</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Anexo 2 – Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	3.284.165.695,95	3.151.560.901,64
da União	3.277.803.366,17	3.142.654.224,40
de Municípios	6.362.329,78	8.906.677,24
Intragovernamentais	9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Outras Transferências Recebidas	889.468.328,34	890.506.384,75
Demais Transferências	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>13.963.442.736,19</b>	<b>13.731.892.319,95</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>9.789.808.711,90</b>	<b>9.689.825.033,56</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Anexo 3 – Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Acumulado até Dezembro/2017  
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
01 - LEGISLATIVA	299.590.618,72	294.723.652,57
02 - JUDICIÁRIA	976.342.752,33	975.189.028,81
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	459.478.665,61	463.672.170,82
04 - ADMINISTRAÇÃO	643.271.265,58	651.117.918,14
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.047.735.460,03	1.968.873.836,74
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.318.125,69	62.925.001,93
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.646.706.502,03	2.399.377.993,80
10 - SAÚDE	2.456.037.360,18	2.292.690.500,09
11 - TRABALHO	640.190,81	1.123.235,51
12 - EDUCAÇÃO	1.906.271.208,28	1.835.911.319,28
13 - CULTURA	29.353.518,70	24.572.663,42
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	496.732.194,78	467.064.368,62
15 - URBANISMO	9.559.767,93	6.726.851,53
16 - HABITAÇÃO	1.265.430,80	2.434.815,86
17 - SANEAMENTO	94.487,87	550.473,26
18 - GESTÃO AMBIENTAL	49.670.991,77	74.682.040,12

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	62.340.333,09	64.187.241,06
20 - AGRICULTURA	169.695.403,25	160.381.006,90
22 - INDÚSTRIA	8.314.196,74	8.561.823,49
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	29.826.621,09	30.109.651,78
24 - COMUNICAÇÕES	11.696.783,96	16.142.118,12
25 - ENERGIA	0,00	1.328.384,78
26 - TRANSPORTE	219.727.327,97	219.901.137,45
27 - DESPORTO E LAZER	16.592.028,69	15.641.325,36
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	143.253.319,83	340.215.103,42
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>12.769.514.555,73</b>	<b>12.378.103.662,86</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Anexo 4 – Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	264.891.708,63	291.358.341,17
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	20.484.939,47	17.976.479,74
Outros Encargos da Dívida	3.460.708,26	5.260.718,55
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>288.837.356,36</b>	<b>314.595.539,46</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>	<b>243.228.377,33</b>	<b>354.337,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.324.584.238,18</b>	<b>0,00</b>	<b>11.568.166.952,53</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346.955.247,64	0,00	1.346.955.247,64
Aumento de Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-864.287.489,42	0,00	-864.287.489,42
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a Distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos Finais</b>	<b>248.228.377,33</b>	<b>354.337,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.807.251.996,40</b>	<b>0,00</b>	<b>12.055.834.710,75</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# NOTAS EXPLICATIVAS

## BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1. Contexto Operacional

O Governo do Estado do Espírito Santo é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.080.530/0001-43, tendo a sua sede administrativa situada em Vitória/ES, na Praça João Clímaco, 142, Cidade Alta, Centro.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

Conforme o disposto no art. 36 do Decreto Estadual nº 4.166-R/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, as Demonstrações Contábeis consolidadas têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) por órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual.

As Demonstrações Contábeis elaboradas e divulgadas pelo Estado do Espírito Santo são compostas pelas Demonstrações elencadas na Lei nº 4.320/64, com as modificações da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 438/2012, que modificou a estrutura desses documentos em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT) 16.6, que são:

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial (BP);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- g) Notas Explicativas (NE).

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As referidas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.

### 2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Espírito Santo

São controladas diretamente pelo Governo do Estado do Espírito Santo aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas são classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2017, são:

- a) Empresas Estatais Dependentes
  - I - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA
  
- b) Empresas Estatais Não Dependentes
  - I - Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN
  - II - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES
  - III - Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES
  - IV - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB
  - V - Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo – COHAB (Em liquidação)

### 3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Estadual nº 10.614, de 29 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA)

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
010101	ALEES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36046217000180	01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
020101	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28483014000122	02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476100000145	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030901	FUNEPJ	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20868995000114	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050101	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02304470000174	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
050901	FERIDL	FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS LESADOS		05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050902	FUNEMP	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	18542218000133	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060101	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	00671513000124	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060901	FADEPES	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	19690110000150	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
100101	CASA CIVIL	SECRETARIA DA CASA CIVIL	27080530000739	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100102	CASA MILITAR	SECRETARIA DA CASA MILITAR	27080530000305	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100103	SECONT	SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	31777550000145	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100104	SECOM	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	36387900000180	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100109	SEG	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	27080530001204	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100201	RTV	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	36049641000188	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100904	FECC	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO	27173272000140	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
160101	PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	27080530000909	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
160901	FUNCAD	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E INCENTIVO À COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E DE REESTRUT. ADM. DA PGE	19797818000105	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
190101	VICE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	31795560000103	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
190901	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20604213000130	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
220101	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	27080571000130	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220202	JUCEES	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28152080000110	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220901	FUNSEFAZ	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	20222812000199	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
270101	SEP	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	27080548000145	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270201	IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	27316918000109	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270901	FUMDEVIT	FUNDO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA	20354589000133	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270902	FEADM	FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	19117922000101	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
280101	SEGER	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	07162270000148	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280201	ESESP	ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	35964162000124	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280202	DIO	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	28161362000183	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280203	PRODEST	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	28162790000120	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
300101	SEDES	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	04215397000190	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
300203	IPEM-ES	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	06028316000178	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300205	ADERES	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	01683866000107	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300207	ARSP	AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	26064356000182	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300902	FUNDESUL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28225834000114	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
310101	SEAG	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	27080555000147	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310201	IDAF	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	02254666000100	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310202	INCAPER	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	27273416000130	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310203	CEASA-ES	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	27064062000113	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310901	FEAC	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA CAMINHO DO CAMPO	22938126000144	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310902	FUNSAF	FUNDO SOCIAL DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	22938113000175	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310903	FEAP	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	24798477000122	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
320101	SECTI	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	06656711000103	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320202	FAPES	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	07296722000184	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320901	FUNCITEC	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	02504742000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320902	FDI	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS INOVADORAS	18597836000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
350101	SETOP	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	27142033000122	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350201	DER-ES	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	04889717000197	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350208	IOPES	INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08696369000192	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350901	FEP	FUNDO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS	23330213000187	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350902	FUNDER	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA INTERIOR CAPIXABA	26616944000181	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
360101	SEDURB	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	08673715000117	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
360901	FEHAB	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20354720000162	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
370101	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	08750791000189	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
370901	FUNTUR	FUNDO DE FOMENTO DO TURISMO	21902751000173	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
390101	SESPORT	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	07412119000110	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
390901	PRÓ-ESPORTE	FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESPÍRITO SANTO	20639872000101	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
400101	SECLT	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	01062213000100	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400102	APEES	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	31729742000186	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400901	FUNCULTURA	FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20310626000101	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
410101	SEAMA	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	31752645000104	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410201	IEMA	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	05200358000181	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410202	AGERH	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	19481436000178	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410901	FUNDEMA	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	20846927000154	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410902	FUNDÁGUA	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS DO ESPÍRITO SANTO	20355058000165	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
420101	SEDU	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	27080563000193	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420120	FUNDEB	FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB		42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420201	FAMES	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	30965214000163	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
440101	SESA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	27080605000196	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440901	FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	06893466000140	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440910	HINSG	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	27080605002059	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440911	HDS	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	27080605001591	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440912	HAB	HOSPITAL ADAUTO BOTELHO	27080605001400	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440913	CREFES	CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27080605001087	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440914	HABF	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	27080605000943	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440915	HSL	HOSPITAL SÃO LUCAS	27080605000277	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440916	HMSA	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	27080605001672	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440917	HRAS	HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	27080605000358	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440918	CAPAAC	CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	27080605000862	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
440919	CPF	COLÔNIA PEDRO FONTES	27080605001320	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440920	HDRC	HOSPITAL DOUTORA RITA DE CASSIA	27080605001915	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440921	UIJM	UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	27080605000781	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440922	HSJC	HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	27080605000609	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440923	HJSN	HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	27080605001834	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440924	HIMABA	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNADINO ALVES	27080605001168	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440926	SRSCI	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO ITAPEMIRIM	27080605000510	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440927	SRSSM	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	27080605000439	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440928	SRSC	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	27080605001753	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440929	SRSV	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE VITÓRIA	27080605001249	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
450101	SESP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	27142025000186	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450102	PCES	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27470897000173	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450103	PMES	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476373000190	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450104	CBMES	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02133636000137	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450105	DSPM	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	04371703000187	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450106	CEPDEC	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	20113851000158	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450202	DETRAN-ES	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	28162105000166	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450901	FUNREPOCI	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	01449136000146	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450902	FUNREPOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	01809448000113	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450903	FSPMES	FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	39352786000141	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450904	FUNREBOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	02489503000106	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450905	FUNPDEC-ES	FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO	21997053000107	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
460101	SEJUS	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	36388023000162	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460202	PROCON-ES	INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	08109446000160	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE GESTORA					
CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
460901	FTP	FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	31677776000174	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460903	FUNPEN	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	20516616000127	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460904	FEDC	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	02397642000100	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460905	FESAD	FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS		46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
470101	SETADES	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	03252312000180	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470901	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01076895000100	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470903	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470904	FUNCOP	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	15833032000145	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
480101	SEDH	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS	25217366000148	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480201	IASES	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	30967111000132	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480901	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480902	FEPI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	23996245000116	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
600201	IPAJM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	29986312000106	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600210	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO FINANCEIRO	20309963000189	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600211	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	20756106000127	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
700101	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRÉC. ESTADUAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS ESTADUAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700102	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRÉC. MUNICIPAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS MUNICIPAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700103	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700104	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRÉC. FEDERAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS FEDERAIS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
800101	ENCARGOS GERAIS - SEGER	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800102	ENCARGOS GERAIS - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	27080530000143	80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800104	ENCARGOS GERAIS - SEP	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEP		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
900001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
900003	GEFIN - SEFAZ	GERÊNCIA GERAL DE FINANÇAS - SEFAZ		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
990101	RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

#### 4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Lei Complementar nº 10.677, de 22 de junho de 2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da Macrorregião Sul, composta pelas Microrregiões do Caparaó, Central Sul e Litoral Sul do Estado do Espírito Santo.

#### 5. Base de Preparação

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados, excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado do Espírito Santo, denominadas “*INTRA OFSS*”, bem como as participações nas empresas estatais dependentes. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados, considerando as operações “*INTRA OFSS*”.

Foram excluídos os seguintes valores de operações “*INTRA OFSS*” no processo de consolidação:

CLASSE DE CONTAS	VALORES COM AS OPERAÇÕES INTRA (I)	AJUSTE DE CONSOLIDAÇÃO (II)	VALORES CONSOLIDADOS SEM AS OPERAÇÕES INTRA (III = I - II)
ATIVO	23.115.421.811,20	26.928.849,75	23.088.492.961,45
PASSIVO	11.052.306.873,45	19.648.622,75	11.032.658.250,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.926.808.545,96	6.686.345,79	12.920.122.200,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.539.304.233,61	12.623.426.890,99	18.915.877.342,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	30.675.610.625,40	12.624.020.772,20	18.051.589.853,20

Fonte: SIGEFES

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas notas explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

### 6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

### 7. Resumo das Principais Políticas Contábeis

- a) Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado;
- b) Créditos e Obrigações:** os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões devem corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- c) Estoques:** são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição / produção / construção ou valor realizável líquido, entre esses o menor;
- d) Método da Equivalência Patrimonial (MEP):** as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o patrimônio líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado;

- e) Método do Custo:** as demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- f) Imobilizado:** o ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação;
- g) Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*);
- h) Depósitos Judiciais:** optou-se por registrar como “*outras receitas correntes*” os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015, e da Lei Estadual nº 10.549/2016;
- i) Restos a Pagar:** os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados;
- j) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários:** o Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 7ª edição) faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções;
- k) Registro da Receita Orçamentária:** a política contábil do Estado do Espírito Santo é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado” (Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ). Também têm registro de receita orçamentária os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes;
- l) Distinção entre Circulante e Não Circulante:** a política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, sendo que os demais direitos e as demais obrigações são classificados como não circulantes. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante;

**m) Apuração do Resultado:** os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com a ocorrência de seu fato gerador;

**n) Precatórios:** após o Decreto Estadual nº 4.049-R, de 26 de dezembro de 2016, o Estado do Espírito Santo passou a observar o regime comum de pagamento preconizado pelo artigo 100 da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, devendo proceder ao pagamento dos precatórios apresentados até o dia 1º de julho até o fim do exercício subsequente (art. 1º e parágrafo único).

## BALANÇO PATRIMONIAL

### ATIVOS

#### 8. Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional. Em 31.12.2016, o Estado possuía em caixa e equivalentes de caixa um total de R\$ 2.609.213.545,09, passando para R\$ 2.930.273.882,80 em 31.12.2017, conforme quadro a seguir:

TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
<b>CAIXA</b>	<b>15.043,49</b>	<b>15.246,89</b>
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>28.145.044,23</b>	<b>82.526.908,12</b>
CONTA ÚNICA DO TESOURO	4.611.854,76	25.567.666,94
CONTA ÚNICA DO RPPS	16.294,51	32.656,73
BANCO DO ESTADO DO ES	20.900.679,69	54.473.129,62
BANCO DO BR S/A	857.446,14	1.102.843,84
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.758.769,13	1.350.610,99
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2.892.889.588,47</b>	<b>2.526.671.390,08</b>

R\$

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
POUPANÇA	105.533.393,98	83.816.270,85
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.021.291.022,56	831.044.428,08
CDB	1.680.939.324,91	1.515.153.470,83
OUTRAS APLICAÇÕES	85.125.847,02	96.657.220,32
<b>REDE BANCÁRIA - ARRECAÇÃO</b>	<b>9.224.206,61</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.930.273.882,80</b>	<b>2.609.213.545,09</b>

Fonte: SIGEFES

### 8.1. Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, buscando-se maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

### 8.2. Conta Única – RPPS

A conta única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) observa a mesma sistemática da conta única do Tesouro, compreendendo o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

### 8.3. Outras Contas

As disponibilidades existentes em outras contas bancárias não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação dos recursos correspondentes, conforme normativos e condições específicas de contratos e convênios.

### 8.4. Rede Bancária – Arrecadação

Os valores registados na conta contábil 111113001 - REDE BANCÁRIA - ARRECAÇÃO referem-se aos montantes arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 8.5. Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$			
	31/12/2017			
	POUPANÇA	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	CDB	OUTRAS APLICAÇÕES
EXECUTIVO	105.316.463,53	753.147.246,08	1.643.722.132,70	7.636.501,22
LEGISLATIVO	-	-	29.681.705,69	-
JUDICIÁRIO	-	268.143.776,48	-	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	-	-	66.085.216,02
MINISTÉRIO PÚBLICO	216.930,45	-	-	11.404.129,78
DEFENSORIA PÚBLICA	-	-	7.535.486,52	-
<b>TOTAL</b>	<b>105.533.393,98</b>	<b>1.021.291.022,56</b>	<b>1.680.939.324,91</b>	<b>85.125.847,02</b>

Fonte: SIGEFES

## 9. Créditos a Curto Prazo e Longo Prazo

### 9.1. Créditos Tributários a Receber

Os "Créditos Tributários a Receber" estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	R\$					
	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	136,13	0,00	136,13	136,13	0,00	136,13
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS	131.872.854,23	660.938.711,56	792.811.565,79	97.148.095,52	256.609.531,67	353.757.627,19
<b>TOTAL</b>	<b>131.872.990,36</b>	<b>660.938.711,56</b>	<b>792.811.701,92</b>	<b>97.148.231,65</b>	<b>256.609.531,67</b>	<b>353.757.763,32</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Créditos Tributários Parcelados

Essa conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores de créditos tributários a receber são contabilizados na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ).

### 9.2. Clientes

Essa conta apresenta basicamente os valores a receber por vendas e prestação de serviços. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes:

	R\$	
CLIENTES	31/12/2017	31/12/2016
UNIDADES GESTORAS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	635,27	304.144,81
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	24.070.678,95	18.443.941,89
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1.604.215,65	0,00
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	7.955.737,25	0,00
600210 - FUNDO FINANCEIRO	1.231.679,88	886.699,26
DEMAIS UNIDADES GESTORAS	838,78	153.229,05
<b>TOTAL</b>	<b>34.863.785,78</b>	<b>19.788.015,01</b>

Fonte: SIGEFES

### 9.3. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Essa conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
UNIDADES GESTORAS						
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E REC. HUMANOS	60.698,37	0,00	60.698,37	60.698,37	0,00	60.698,37
300902 - FUNDO DE DESENV. ECON. DO SUL DO ESTADO DO ES	0,00	1.861.538,31	1.861.538,31	0,00	0,00	0,00
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	0,00	1.057.847.101,62	1.057.847.101,62	0,00	794.150.910,17	794.150.910,17
<b>TOTAL</b>	<b>60.698,37</b>	<b>1.059.708.639,93</b>	<b>1.059.769.338,30</b>	<b>60.698,37</b>	<b>794.150.910,17</b>	<b>794.211.608,54</b>

Fonte: SIGEFES

#### 9.4. Dívida Ativa Tributária

Os valores constantes da dívida ativa tributária, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrangem os créditos tributários a favor da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas. É, portanto, uma fonte potencial de fluxos de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber, sendo contabilmente reconhecida no ativo. Segue abaixo o quadro da dívida ativa tributária, cuja contabilização tem por base dados gerados pelo Sistema de Informações Tributárias (SIT):

	31/12/2017	31/12/2016
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	16.313.929.401,73	15.273.543.282,17
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-14.884.265.214,74	-13.471.208.761,92
<b>TOTAL</b>	<b>1.429.664.186,99</b>	<b>1.802.334.520,25</b>

Fonte: SIGEFES

Cabe consignar que no ano de 2017 foi provisionado o valor de R\$ 1.413.056.452,82 em ajuste de perdas de dívida ativa tributária, que agora monta o valor total de R\$ 14.884.265.214,74 na posição 31/12/2017, ao passo que há R\$ 16.313.929.401,73 na conta contábil de créditos inscritos (121110401), culminando em uma proporção de 8,7635% de valor “*exequível*”.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### *Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária*

A partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir:

- Média percentual de recebimentos passados; e
- Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais. A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício.

### 9.5. Dívida Ativa Não Tributária

Essa conta registra os valores provenientes de fatos geradores não tributários ocorridos em determinadas entidades públicas em função de suas atividades fins. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Dívida Ativa Não Tributária:

	R\$	
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	31/12/2017	31/12/2016
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	77.476,61	77.476,61
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	60.461,61	178.972,36
600210 - FUNDO FINANCEIRO	0,00	15.379,60
<b>TOTAL</b>	<b>137.938,22</b>	<b>271.828,57</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 9.6. Demais Créditos e Valores

Os “*Demais Créditos e Valores*” estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	41.606.942,29	0,00	41.606.942,29	161.426.412,71	0,00	161.426.412,71
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	39.563.210,00	0,00	39.563.210,00	92.000.918,72	0,00	92.000.918,72
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	57.847.641,22	0,00	57.847.641,22	55.182.527,45	0,00	55.182.527,45
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	312.964.616,70	0,00	312.964.616,70	413.845.710,48	0,00	413.845.710,48
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	392.518,36	0,00	392.518,36	0,00	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES	53.002.078,56	26.079.728,07	79.081.806,63	80.356.198,69	41.896.683,44	122.252.882,13
<b>TOTAL</b>	<b>505.377.007,13</b>	<b>26.079.728,07</b>	<b>531.456.735,20</b>	<b>802.811.768,05</b>	<b>41.896.683,44</b>	<b>844.708.451,49</b>

Fonte: SIGEFES

#### *Adiantamentos Concedidos*

Registra as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e outros, bem como os suprimentos de fundos concedidos pelo ente a servidores, para fins de oferecer condições à realização de despesas de pequeno vulto que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal de execução após serem realizadas, pois devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação.

#### *Tributos a Recuperar/Compensar*

Do montante contabilizado em “*Tributos a Recuperar/Compensar*”, destaque-se o valor de R\$ 36.911.449,35 registrado na conta contábil 113230605 - DIREITO DE COMPENSAÇÃO DE ENCARGOS DE INSS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), o qual se refere aos créditos previdenciários constituídos em favor do Estado do Espírito Santo decorrentes de recolhimentos realizados a maior em exercícios anteriores, conforme Processo N° 75043459.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### *Créditos por Danos ao Patrimônio*

Registra os valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros.

Segue abaixo a demonstração dos “Créditos por Danos ao Patrimônio” com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
<b>CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO</b>		
PAGAMENTOS INDEVIDOS	2.434.001,45	2.434.001,45
RESPONSÁVEIS POR PERDAS OU DANOS AO PATRIMÔNIO	24.665.859,21	24.310.246,07
RESPONSÁVEIS POR DESPESAS A REGULARIZAR	7.111.260,89	7.219.437,66
SUPRIMENTO DE FUNDOS NÃO COMPROVADOS	320.149,03	326.398,23
DIÁRIAS E TFD NÃO COMPROVADAS	600.123,21	577.059,39
RESPONSABILIDADE EM APURAÇÃO	13.870.574,92	13.055.680,93
SERVIDORES EXONERADOS	574,23	727,46
BANCOS A REGULARIZAR	2.667.721,35	2.667.721,35
INCONSISTÊNCIAS DE SALDOS PATRIMONIAIS - BENS MÓVEIS	193,55	193,55
CRÉDITOS POR OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	6.118.910,82	4.532.788,80
OUTRAS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO PATRIMÔNIO	58.272,56	58.272,56
<b>TOTAL</b>	<b>57.847.641,22</b>	<b>55.182.527,45</b>

Fonte: SIGEFES

### *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados*

Registra os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Abaixo, a demonstração dos “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
BANESTES - CAUÇÕES	8.454.850,36	20.375.481,18
BANCO DO BRASIL - CAUÇÕES	122.072,53	119.642,53
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAUÇÕES	165.535,13	24.535,32
VALORES RETIDOS DE FORNECEDORES POR DETERMINAÇÃO DO CNJ	12.912.776,14	0,00
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	54.560,57	59.226,92
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	11.245.043,26
DEPÓSITOS PARA RECURSOS	15.000,00	15.000,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.559.115,31	329.338.080,73
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	50.919.653,23
DEPÓSITOS JUDICIAIS	46.748,11	46.748,11
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS PELO ESTADO	604.509,12	0,00
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	227.030,90
PECÚLIOS PRESIDÁRIOS	1.294.617,06	1.211.954,80
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	102.745,09	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	263.313,50
<b>TOTAL</b>	<b>312.964.616,70</b>	<b>413.845.710,48</b>

Fonte: SIGEFES

### 10. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Os investimentos e as aplicações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro, bem como os investimentos realizados pelo RPPS, com recursos da taxa de administração. A seguir, apresenta-se a composição dos “Investimentos e Aplicações Temporárias”:

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	31/12/2017	31/12/2016
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS DO RPPS	130.578.846,77	131.662.977,90
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	0,00	33.193,58
APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	24.679.591,62	8.901.520,29
<b>TOTAL</b>	<b>155.258.438,39</b>	<b>140.597.691,77</b>

Fonte: SIGEFES

### 11. Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Apresenta-se, a seguir, a composição dos "Estoques":

	31/12/2017	31/12/2016
ESTOQUES	CIRCULANTE	CIRCULANTE
MATERIAL DE CONSUMO	102.629.440,46	91.503.261,20
MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	46.813.800,52	18.814.183,30
MATERIAL DE EXPEDIENTE	50.689,05	57.295,50
MATERIAL PARA ATENDER MANDADOS JUDICIAIS	1.676.182,93	25.066.853,53
TERRENOS PARA REVENDA	64.127.257,74	103.877.328,29
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A ALIENAR	7.572.354,56	2.042.175,17
<b>TOTAL</b>	<b>222.869.725,26</b>	<b>241.361.096,99</b>

Fonte: SIGEFES

## 12. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Na tabela a seguir, apresenta-se a composição das “*Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente*”:

	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
<b>VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>		
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	982.376,36	981.975,97
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	185.166,03	95.277,73
ALUGUÉIS PAGOS A APROPRIAR	440.644,31	35.184,90
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	4.589,79	0,00
DEMAIS VPDs A APROPRIAR	37.500,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.650.276,49</b>	<b>1.112.438,60</b>

Fonte: SIGEFES

## 13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro que é um instrumento financeiro e podem ser classificados como disponíveis para venda ou destinados à negociação.

As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo “*Método do Valor Justo*” (MVJ) quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

“*Valor Justo*” (Fair Value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na tabela a seguir são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Ações:

AÇÕES UNIDADES GESTORAS	R\$	
	31/12/2017 NÃO CIRCULANTE	31/12/2016 NÃO CIRCULANTE
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	2.500,00	2.500,00
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.657,43	2.657,43
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	48.627,48	39.615,93
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	292,51	292,51
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	16.146,28	16.146,28
300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	9.160.193,32	7.006.149,93
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	4.834,36	4.834,36
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	98.293,09	82.841,03
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	2,63	2,63
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	101,96	101,96
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	12,88	12,88
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	87.790,55	77.049,28
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	104.074,37	104.074,37
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27.197,56	22.719,11
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	4.237.645,43	4.120.409,35
<b>TOTAL</b>	<b>13.790.369,85</b>	<b>11.479.407,05</b>

Fonte: SIGEFES

## 14. Investimentos

### 14.1. Participações Permanentes

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o patrimônio líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As participações pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31.10.2017, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB – BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não podem ser superior a dois meses.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MEP de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2017	31/12/2016
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ES	1.280.992.568,37	1.149.025.795,89
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	390.931.176,71	339.934.483,72
CESAN - CIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO	2.311.098.303,32	2.195.730.178,05
CETURB-GV S/A	45.482.002,79	93.473.015,36
COMDUSA S/A	0,00	3.126.107,96
COHAB S/A	19.942.774,00	3.158.369,92
FUNDEPAR - FUNDO DE DES. E PARTIC. DO ES	147.783.567,91	168.309.734,70
FUNDAPSOCIAL	1.887.059,57	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.198.117.452,67</b>	<b>3.952.757.685,60</b>

Fonte: SIGEFES

Tendo em vista o que dispõe o art. 219 da Lei nº 6.404/1976, e considerando que a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – COMDUSA foi extinta através da Lei Estadual nº 7.547/2003, informamos que, após a versão de ativos e passivos para o Estado, nos termos da referida lei, a conta corrente 28161834000106 (COMDUSA), das contas contábeis 122110101 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS e 122110199 - (-) PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, registrada na UG 800102 - ENCARGOS GERAIS – SEFAZ pelo valor de R\$ 3.126.107,96, foram baixadas no referido exercício, pois o valor não satisfaz à condição de Ativo (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL).

O valor do Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, antes avaliado pelo método de custo, foi transferido para investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista que há, por parte do Estado do Espírito Santo, controle indireto sobre o capital do FUNDAPSOCIAL, cujos recursos são geridos pelo BANDES e aportados pelo Estado. Da mesma forma, o valor, antes registrado pelo Patrimônio Líquido, foi ajustado pelo MEP com base nas demonstrações de 31.10.2017.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segue abaixo a demonstração dos valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL</b>		
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	1.972.756,12	26.527.149,46
CESAN - CIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO	31.615.492,68	52.861.948,73
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	17.541.647,28	17.402.000,83
<b>TOTAL</b>	<b>51.129.896,08</b>	<b>96.791.099,02</b>

Fonte: SIGEFES

As alterações na CEASA e no BANDES são decorrentes de transferência do saldo de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) para investimentos (integralização de capital social com saldo de AFAC), tendo em vista autorização em Assembleia e incorporação ao investimento.

Já abaixo seguem os valores constituídos em provisão para perdas prováveis com posição nos exercícios de 2017 e 2016 relativos a investimentos do Governo do Estado:

	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS</b>		
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	0,00	-42.101.633,69
COMDUSA S/A	0,00	-3.126.107,96
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>-45.227.741,65</b>

Fonte: SIGEFES

Os valores registrados em 2016 na conta “Provisão Para Perdas Prováveis – Investimento” referente à Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB, apurado pelo Método da Equivalência Patrimonial, foram baixados em 2017 contra a conta contábil de ajustes de exercícios anteriores. Conforme constam nos autos do processo nº 51308479, o valor reconhecido como “provisão” deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Considerando que o total do patrimônio líquido já supera o valor dos prejuízos acumulados, não é mais necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para o pagamento da obrigação e, por isso, a reversão da provisão.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 14.2. Participações Avaliadas pelo Método de Custo

No Método de Custo (MC), o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que recebe as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MC de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo, bem como os valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

	R\$	
MÉTODO DE CUSTO	31/12/2017	31/12/2016
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	1.627.695,28	1.627.695,28
FUNDAPSOCIAL	0,00	25.445.000,00
OUTROS	43.034,00	43.034,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.670.729,28</b>	<b>27.115.729,28</b>

Fonte: SIGEFES

	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	478.585,99	386.027,00

Fonte: SIGEFES

### 14.3. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

O montante de R\$ 3.100.821.117,14 registrado neste grupo de contas referem-se às aplicações do Fundo Previdenciário que estão enquadradas nos seguintes normativos:

- **Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídas por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados confor-

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

me as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (art. 1º), e define limitações e condições de aplicação nos seguintes segmentos: renda fixa, variável e de imóvel (art. 2º);

- **Portaria MPS nº 519/2011 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN (art. 1º), bem como comprova junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (art. 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (art. 3º), dentre as quais destacamos: gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros; avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo, semestralmente; elaboração de relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado em 2017.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos do RPPS registrado em longo prazo.

	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE LONGO PRAZO	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - RENDA FIXA	1.337.941.752,46	1.182.542.991,17
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	273.768.970,32	617.263.106,02
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDKA	30.430.874,81	25.249.386,87
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RENDA FIXA	54.221.221,48	58.386.532,84
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO - RENDA FIXA	1.337.904.266,41	543.224.383,08
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	35.523.641,98	21.500.566,97
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	5.098.945,83	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - RENDA VARIÁVEL	4.134.480,72	3.645.290,76
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - RENDA VARIÁVEL	21.796.963,13	21.327.796,15
<b>TOTAL</b>	<b>3.100.821.117,14</b>	<b>2.473.140.053,86</b>

## 15. Imobilizado

O principal critério de determinação do valor contábil bruto do ativo imobilizado adotado pelo Estado do Espírito Santo no âmbito do Poder Executivo é o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

	R\$	
IMOBILIZADO	31/12/2017	31/12/2016
<b>BENS MÓVEIS</b>		
<b>VALOR BRUTO</b>	<b>1.314.384.295,63</b>	<b>1.293.334.652,82</b>
( - ) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-46.160.012,85	-31.594.907,40
VALOR LÍQUIDO BENS MÓVEIS	1.268.224.282,78	1.261.739.745,42
<b>BENS IMÓVEIS</b>		
<b>VALOR BRUTO</b>	<b>7.155.128.062,31</b>	<b>6.959.842.373,12</b>
( - ) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-8.555.372,32	-6.676.460,42
( - ) AMORTIZACÃO ACUMULADA	-125.419,84	-83.211,04
VALOR LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	7.146.447.270,15	6.953.082.701,66
<b>TOTAL</b>	<b>8.414.671.552,93</b>	<b>8.214.822.447,08</b>

Fonte: SIGEFES

### 15.1. Depreciação Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

O método para a depreciação de bens móveis da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos foi realizado pelas quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na “*Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013*”.

A depreciação dos elementos do ativo imobilizado mobiliário com vida útil econômica limitada do Poder Executivo passou a ser contabilizada mensalmente a partir de 01.03.2018, com base em informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. A vida útil foi definida com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A depreciação de bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no “Processo TC 1.561/2010”.

A depreciação de bens móveis e imóveis do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no “Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”.

A depreciação dos bens móveis e imóveis da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens, conforme Nota Técnica nº 001/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), Nota Técnica nº 002/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), e Ato nº 0851/2015 da Mesa Diretora.

R\$

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
<b>010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>8.327.363,89</b>	<b>-776.128,17</b>	<b>7.551.235,72</b>	<b>6.924.082,58</b>	<b>0,00</b>	<b>6.924.082,58</b>
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	442.988,92	-35.415,75	478.404,67	442.012,92	0,00	442.012,92
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	160.186,67	-14.417,86	174.604,53	161.776,01	0,00	161.776,01
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	213.400,76	-21.336,79	234.737,55	213.487,61	0,00	213.487,61
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	159.708,80	-13.553,52	173.262,32	125.023,26	0,00	125.023,26
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.380.536,70	-123.300,89	1.503.837,59	1.366.418,35	0,00	1.366.418,35
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.032.865,27	-365.507,11	2.398.372,38	2.028.830,17	0,00	2.028.830,17
MOBILIÁRIO EM GERAL	2.015.053,21	-181.141,67	2.196.194,88	2.088.397,52	0,00	2.088.397,52
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.922.623,56	-21.454,58	1.944.078,14	498.136,74	0,00	498.136,74
<b>020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>10.641.104,85</b>	<b>-4.859.545,45</b>	<b>5.781.559,40</b>	<b>9.579.412,42</b>	<b>-4.376.929,95</b>	<b>5.202.482,47</b>
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	635.794,32	-403.298,23	232.496,09	609.755,09	-353.910,67	255.844,42
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.585.826,84	-2.167.655,41	2.418.171,43	3.432.790,69	-1.852.387,37	1.580.403,32
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	474.971,92	-246.704,33	228.267,59	565.056,40	-287.060,16	277.996,24
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.865.209,82	-636.502,21	1.228.707,61	1.867.336,65	-544.127,30	1.323.209,35
VEÍCULOS	2.120.364,69	-1.022.387,48	1.097.977,21	2.120.364,69	-973.588,42	1.146.776,27
DEMAIS BENS MÓVEIS	958.937,26	-382.997,79	575.939,47	984.108,90	-365.856,03	618.252,87
<b>030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES</b>	<b>69.816.490,87</b>	<b>-31.504.848,72</b>	<b>38.311.642,15</b>	<b>70.436.325,32</b>	<b>-23.914.688,37</b>	<b>46.521.636,95</b>
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	33.785.648,87	-22.394.086,87	11.391.562,00	33.185.901,15	-17.242.701,74	15.943.199,41
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	3.232.324,09	-1.595.654,56	1.636.669,53	2.703.662,79	-1.309.541,95	1.394.120,84
MOBILIÁRIO EM GERAL	12.746.925,27	-5.312.726,88	7.434.198,39	11.917.087,01	-4.073.922,65	7.843.164,36

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
VEÍCULOS	4.045.168,08	-684.590,61	3.360.577,47	4.042.419,58	-344.319,03	3.698.100,55
DEMAIS BENS MÓVEIS	16.006.424,56	-1.517.789,80	14.488.634,76	18.587.254,79	-944.203,00	17.643.051,79
<b>050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>21.832.801,33</b>	<b>-5.350.530,34</b>	<b>16.482.270,99</b>	<b>20.082.833,58</b>	<b>0,00</b>	<b>20.082.833,58</b>
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.693.908,72	-310.005,35	1.383.903,37	1.549.926,32	0,00	1.549.926,32
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	12.752.183,70	-4.032.084,82	8.720.098,88	11.642.280,30	0,00	11.642.280,30
MOBILIÁRIO EM GERAL	2.670.949,43	-525.606,78	2.145.342,65	2.518.588,87	0,00	2.518.588,87
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	3.259.597,00	-260.793,95	2.998.803,05	3.028.285,00	0,00	3.028.285,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.456.162,48	-222.039,44	1.234.123,04	1.343.753,09	0,00	1.343.753,09
<b>270101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO</b>	<b>617.862,21</b>	<b>0,00</b>	<b>617.862,21</b>	<b>611.062,07</b>	<b>-0,13</b>	<b>611.061,94</b>
MOBILIÁRIO EM GERAL	196.712,53	0,00	196.712,53	164.865,10	-0,13	164.864,97
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	285.177,94	0,00	285.177,94	304.537,94	0,00	304.537,94
DEMAIS BENS MÓVEIS	135.971,74	0,00	135.971,74	141.659,03	0,00	141.659,03
<b>280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS</b>	<b>5.409.612,58</b>	<b>-2.332.089,98</b>	<b>3.077.522,60</b>	<b>7.589.046,50</b>	<b>-1.966.418,76</b>	<b>5.622.627,74</b>
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.247.358,42	-756.711,09	1.490.647,33	4.430.847,20	-1.649.486,58	2.781.360,62
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	443.969,12	-142.514,03	301.455,09	356.808,23	-65.951,86	290.856,37
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.784.376,15	-963.694,91	820.681,24	1.818.693,67	-185.462,80	1.633.230,87
DEMAIS BENS MÓVEIS	933.908,89	-469.169,95	464.738,94	982.697,40	-65.517,52	917.179,88
<b>310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>1.447.753,85</b>	<b>-631.451,95</b>	<b>816.301,90</b>	<b>1.664.477,06</b>	<b>-631.451,95</b>	<b>1.033.025,11</b>
VEÍCULOS DIVERSOS	419.484,00	-176.874,55	242.609,45	505.184,00	-176.874,55	328.309,45
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.028.269,85	-454.577,40	573.692,45	1.159.293,06	-454.577,40	704.715,66
<b>440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	<b>133.722.269,61</b>	<b>-705.418,24</b>	<b>133.016.851,37</b>	<b>128.777.545,34</b>	<b>-705.418,24</b>	<b>128.072.127,10</b>
VEÍCULOS	2.569.102,59	-669.426,94	1.899.675,65	10.474.104,97	-669.426,94	9.804.678,03
DEMAIS BENS MÓVEIS	131.153.167,02	-35.991,30	131.117.175,72	118.303.440,37	-35.991,30	118.267.449,07
<b>DEMAIS UNIDADES GESTORAS</b>	<b>1.062.569.036,44</b>	<b>0,00</b>	<b>1.062.569.036,44</b>	<b>1.074.676.784,11</b>	<b>0,00</b>	<b>1.074.676.784,11</b>
AERONAVES	21.490.556,88	0,00	21.490.556,88	27.768.056,88	0,00	27.768.056,88
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	37.251.457,83	0,00	37.251.457,83	37.050.884,09	0,00	37.050.884,09
APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENS. MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	79.256.396,42	0,00	79.256.396,42	110.442.028,23	0,00	110.442.028,23
ARMAMENTOS	37.319.363,52	0,00	37.319.363,52	36.775.229,24	0,00	36.775.229,24
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	575.528,10	0,00	575.528,10	619.279,91	0,00	619.279,91
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	160.303.898,40	0,00	160.303.898,40	164.861.063,67	0,00	164.861.063,67
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	38.313.076,32	0,00	38.313.076,32	35.955.101,19	0,00	35.955.101,19

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
MÁQ. E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	99.844.104,79	0,00	99.844.104,79	128.748.855,75	0,00	128.748.855,75
MOBILIÁRIO EM GERAL	159.887.813,77	0,00	159.887.813,77	138.106.081,24	0,00	138.106.081,24
VEÍCULOS	295.840.879,33	0,00	295.840.879,33	293.301.139,02	0,00	293.301.139,02
DEMAIS BENS MÓVEIS	132.485.961,08	0,00	132.485.961,08	101.049.064,89	0,00	101.049.064,89
<b>TOTAL</b>	<b>1.314.384.295,63</b>	<b>-46.160.012,85</b>	<b>1.268.224.282,78</b>	<b>1.293.334.652,82</b>	<b>-31.594.907,40</b>	<b>1.261.739.745,42</b>

Fonte: SIGEFES

R\$

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
<b>010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>74.798.453,45</b>	<b>-366.119,16</b>	<b>74.432.334,29</b>	<b>74.798.453,45</b>	<b>0,00</b>	<b>74.798.453,45</b>
EDIFÍCIOS	27.255.533,64	-366.119,16	26.889.414,48	27.255.533,64	0,00	27.255.533,64
TERRENOS	46.876.374,46	0,00	46.876.374,46	46.876.374,46	0,00	46.876.374,46
DEMAIS BENS IMÓVEIS	666.545,35	0,00	666.545,35	666.545,35	0,00	666.545,35
<b>020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>16.639.654,96</b>	<b>-4.473.427,27</b>	<b>12.166.227,69</b>	<b>16.332.000,34</b>	<b>-4.322.316,05</b>	<b>12.009.684,29</b>
EDIFÍCIOS	11.158.219,91	-4.473.427,27	6.684.792,64	11.158.219,91	-4.322.316,05	6.835.903,86
TERRENOS	5.138.290,87	0,00	5.138.290,87	5.138.290,87	0,00	5.138.290,87
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	343.144,18	0,00	343.144,18	35.489,56	0,00	35.489,56
<b>030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES</b>	<b>237.591.700,90</b>	<b>-3.027.439,75</b>	<b>234.564.261,15</b>	<b>222.869.977,72</b>	<b>-1.771.383,98</b>	<b>221.098.593,74</b>
EDIFÍCIOS	98.883.700,00	-2.978.443,11	95.905.256,89	82.178.510,00	-1.704.889,70	80.473.620,30
TERRENOS	106.506.075,00	0,00	106.506.075,00	96.197.065,00	0,00	96.197.065,00
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	6.804.527,65	0,00	6.804.527,65	5.268.004,47	0,00	5.268.004,47
DEMAIS BENS IMÓVEIS	25.397.398,25	-48.996,64	25.348.401,61	39.226.398,25	-66.494,28	39.159.903,97
<b>050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>161.081.260,03</b>	<b>-105.625,75</b>	<b>160.975.634,28</b>	<b>129.672.816,20</b>	<b>0,00</b>	<b>129.672.816,20</b>
EDIFÍCIOS	103.893.942,23	-105.625,75	103.788.316,48	75.375.446,49	0,00	75.375.446,49
TERRENOS	56.630.933,93	0,00	56.630.933,93	53.760.655,21	0,00	53.760.655,21
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	472.960,82	0,00	472.960,82	453.291,45	0,00	453.291,45
DEMAIS BENS IMÓVEIS	83.423,05	0,00	83.423,05	83.423,05	0,00	83.423,05
<b>310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>8.993.565,03</b>	<b>-582.760,39</b>	<b>8.410.804,64</b>	<b>8.490.233,69</b>	<b>-582.760,39</b>	<b>7.907.473,30</b>
DEMAIS BENS IMÓVEIS	8.993.565,03	-582.760,39	8.410.804,64	8.490.233,69	-582.760,39	7.907.473,30

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
<b>DEMAIS UNIDADES GESTORAS</b>	<b>6.656.023.427,94</b>	<b>0,00</b>	<b>6.656.023.427,94</b>	<b>6.712.150.161,37</b>	<b>0,00</b>	<b>6.712.150.161,37</b>
EDIFÍCIOS	538.149.961,40	0,00	538.149.961,40	626.975.011,38	0,00	626.975.011,38
TERRENOS	746.777.143,65	0,00	746.777.143,65	1.171.047.362,76	0,00	1.171.047.362,76
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	721.082.428,82	0,00	721.082.428,82	713.899.258,48	0,00	713.899.258,48
PRESÍDIOS/DELEGACIAS	518.106.153,14	0,00	518.106.153,14	506.874.262,47	0,00	506.874.262,47
SALAS	10.573.788,41	0,00	10.573.788,41	10.374.963,62	0,00	10.374.963,62
IMÓVEIS DOMINICAIS	619.572.992,62	0,00	619.572.992,62	501.957.541,11	0,00	501.957.541,11
IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO	4.039.126,76	0,00	4.039.126,76	4.039.126,76	0,00	4.039.126,76
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	3.000.984.759,34	0,00	3.000.984.759,34	2.690.817.539,13	0,00	2.690.817.539,13
INSTALAÇÕES	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84	13.034.915,93	0,00	13.034.915,93
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	18.531.533,96	0,00	18.531.533,96	15.060.662,58	0,00	15.060.662,58
IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS P/ TERCEIROS	27.199.219,82	0,00	27.199.219,82	27.199.219,82	0,00	27.199.219,82
IMÓVEIS DE USO ESPECIAL EM PODER TERCEIROS	234.986.902,44	0,00	234.986.902,44	212.139.714,40	0,00	212.139.714,40
IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO EM PODER TERC.	186.744.141,84	0,00	186.744.141,84	186.744.141,84	0,00	186.744.141,84
DEMAIS BENS IMÓVEIS	16.301.868,90	0,00	16.301.868,90	31.986.441,09	0,00	31.986.441,09
<b>TOTAL</b>	<b>7.155.128.062,31</b>	<b>-8.555.372,32</b>	<b>7.155.128.062,31</b>	<b>6.959.842.373,12</b>	<b>-6.676.460,42</b>	<b>6.953.165.912,70</b>

Fonte: SIGEFES

## 16. Intangível

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, em especial, os ativos de *softwares*.

INTANGÍVEL	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
VALOR BRUTO	161.718.184,08	138.895.584,35
( - ) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-12.660.935,92	-10.169.820,13
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>149.057.248,16</b>	<b>128.725.764,22</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 16.1. Amortização Acumulada de Softwares

No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

A amortização dos *softwares* do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear.

A amortização dos *softwares* do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no “Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”.

A amortização dos *softwares* da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens.

R\$

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
<b>010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>234.200,00</b>	<b>-17.498,40</b>	<b>216.701,60</b>	<b>97.200,00</b>	<b>-8.750,88</b>	<b>88.449,12</b>
SOFTWARES	234.200,00	-17.498,40	216.701,60	97.200,00	-8.750,88	88.449,12
<b>020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>14.644.845,06</b>	<b>-1.686.091,50</b>	<b>12.958.753,56</b>	<b>12.116.251,47</b>	<b>-710.360,43</b>	<b>11.405.891,04</b>
SOFTWARES	14.644.845,06	-1.686.091,50	12.958.753,56	12.116.251,47	-710.360,43	11.405.891,04
<b>030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES</b>	<b>1.435.939,62</b>	<b>-6.346,11</b>	<b>1.429.593,51</b>	<b>3.145.524,36</b>	<b>-917.696,00</b>	<b>2.227.828,36</b>
SOFTWARES	1.435.939,62	-6.346,11	1.429.593,51	3.145.524,36	-917.696,00	2.227.828,36
<b>100103 - SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>76.971,96</b>	<b>-3.144,70</b>	<b>73.827,26</b>	<b>76.971,96</b>	<b>-3.144,70</b>	<b>73.827,26</b>
SOFTWARES	76.971,96	-3.144,70	73.827,26	76.971,96	-3.144,70	73.827,26
<b>220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</b>	<b>35.302.212,90</b>	<b>-10.224.766,04</b>	<b>25.077.446,86</b>	<b>20.800.284,90</b>	<b>-8.041.380,00</b>	<b>12.758.904,90</b>
SOFTWARES	35.302.212,90	-10.224.766,04	25.077.446,86	20.800.284,90	-8.041.380,00	12.758.904,90
<b>220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO</b>	<b>340.274,14</b>	<b>-282.631,16</b>	<b>57.642,98</b>	<b>340.274,14</b>	<b>-252.707,48</b>	<b>87.566,66</b>
SOFTWARES	340.274,14	-282.631,16	57.642,98	340.274,14	-252.707,48	87.566,66
<b>280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL</b>	<b>1.931.650,00</b>	<b>-159.250,00</b>	<b>1.772.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
SOFTWARES	1.931.650,00	-159.250,00	1.772.400,00	0,00	0,00	0,00
<b>300207 - AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	<b>54.521,91</b>	<b>-1.343,57</b>	<b>53.178,34</b>	<b>47.522,91</b>	<b>-1.343,57</b>	<b>46.179,34</b>
SOFTWARES	54.521,91	-1.343,57	53.178,34	47.522,91	-1.343,57	46.179,34
<b>310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>6.978.554,33</b>	<b>-2.670,50</b>	<b>6.975.883,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

continua

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
SOFTWARES	6.978.554,33	-2.670,50	6.975.883,83	0,00	0,00	0,00
<b>310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL</b>	<b>378.163,54</b>	<b>-228.843,94</b>	<b>149.319,60</b>	<b>378.163,54</b>	<b>-186.087,07</b>	<b>192.076,47</b>
SOFTWARES	378.163,54	-228.843,94	149.319,60	378.163,54	-186.087,07	192.076,47
<b>450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO</b>	<b>7.059.791,32</b>	<b>-48.350,00</b>	<b>7.011.441,32</b>	<b>6.748.641,32</b>	<b>-48.350,00</b>	<b>6.700.291,32</b>
SOFTWARES	7.059.791,32	-48.350,00	7.011.441,32	6.748.641,32	-48.350,00	6.700.291,32
<b>DEMAIS UNIDADES GESTORAS</b>	<b>93.281.059,30</b>	<b>0,00</b>	<b>93.281.059,30</b>	<b>95.144.749,75</b>	<b>0,00</b>	<b>95.144.749,75</b>
SOFTWARES	93.280.575,91	0,00	93.280.575,91	95.144.405,36	0,00	95.144.405,36
LIVROS DIGITAIS (E-BOOK)	483,39	0,00	483,39	344,39	0,00	344,39
<b>TOTAL</b>	<b>161.718.184,08</b>	<b>-12.660.935,92</b>	<b>149.057.248,16</b>	<b>138.895.584,35</b>	<b>-10.169.820,13</b>	<b>128.725.764,22</b>

Fonte: SIGEFES

## BALANÇO PATRIMONIAL

### PASSIVOS

#### 17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PESSOAL A PAGAR	91.261.434,38	160.065.451,18	251.326.885,56	67.421.480,89	186.644.986,56	254.066.467,45
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.677.613,37	2.677.613,37
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	4.865,90	0,00	4.865,90

R\$

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
FGTS	4.699,66	0,00	4.699,66	4.583,42	0,00	4.583,42
ENCARGOS SOCIAIS RPPS - APROPRIADOS POR COMPETÊNCIA	706.236,39	0,00	706.236,39	0,00	0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	2.083.496,22	11.730.724,62	13.814.220,84	5.113.374,85	13.528.664,93	18.642.039,78
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	9.974.601,05	0,00	9.974.601,05	12.274.542,03	0,00	12.274.542,03
PARCELAMENTO - INSS	143.610,64	1.147.645,92	1.291.256,56	241.689,70	1.245.724,98	1.487.414,68
PARCELAMENTO - PASEP	26.073.218,69	348.651.656,53	374.724.875,22	26.073.218,92	374.724.874,98	400.798.093,90
ENCARGOS FINANCEIROS	2.017.407,52	23.167.130,66	25.184.538,18	1.654.438,41	20.196.437,34	21.850.875,75
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - ESTADO	0,00	0,00	0,00	605,82	0,00	605,82
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	1.721,63	0,00	1.721,63
<b>TOTAL</b>	<b>132.264.704,55</b>	<b>544.762.608,91</b>	<b>677.027.313,46</b>	<b>112.790.521,57</b>	<b>599.018.302,16</b>	<b>711.808.823,73</b>

Fonte: SIGEFES

Os valores apresentados na linha “*Encargos Financeiros*” (quadro acima) referem-se aos encargos da dívida do parcelamento do PASEP registrado na Unidade Gestora 600201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Os valores apresentados na linha “*Pessoal A Pagar – Não Circulante*” (quadro acima) referem-se a dívidas com pessoal registrado nas Unidades Gestoras do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (UG 020101), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

18. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo

Na tabela a seguir, são apresentados os “Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo” com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

R\$

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	19.347.562,91	349.330.234,92	368.677.797,83	25.753.872,00	363.181.847,55	388.935.719,55
BNDDES	71.630.996,54	2.481.398.013,06	2.553.029.009,60	64.893.672,75	2.523.732.612,43	2.588.626.285,18
BANESES	50.764.298,35	442.281,92	51.206.580,27	55.248.386,00	49.135.989,93	104.384.375,93
UNIÃO	90.510.749,25	2.212.102.272,20	2.302.613.021,45	41.703.343,78	2.127.278.396,21	2.168.981.739,99
<b>SUBTOTAL DA DÍVIDA INTERNA</b>	<b>232.253.607,05</b>	<b>5.043.272.802,10</b>	<b>5.275.526.409,15</b>	<b>187.599.274,53</b>	<b>5.063.328.846,12</b>	<b>5.250.928.120,65</b>
BID	48.692.555,58	667.673.448,88	716.366.004,46	33.179.981,35	636.279.855,74	669.459.837,09
BIRD	20.431.312,11	224.199.604,91	244.630.917,02	21.511.332,00	230.435.105,02	251.946.437,02
<b>SUBTOTAL DA DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>69.123.867,69</b>	<b>891.873.053,79</b>	<b>960.996.921,48</b>	<b>54.691.313,35</b>	<b>866.714.960,76</b>	<b>921.406.274,11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>301.377.474,74</b>	<b>5.935.145.855,89</b>	<b>6.236.523.330,63</b>	<b>242.290.587,88</b>	<b>5.930.043.806,88</b>	<b>6.172.334.394,76</b>

Fonte: SIGEFES

CONTRATOS INTERNOS				
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)				
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL
		INÍCIO	TÉRMINO	
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>				<b>368.677.797,83</b>
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	Lei nº 10.025/13	31/7/2013	19/7/2037	677.504,18
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	Lei nº 10.025/13	31/7/2013	19/10/2036	567.850,86
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	Lei nº 10.025/13	31/1/2013	19/10/2036	971.491,41
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/11/2027	1.301.410,61
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/9/2028	1.051.358,50
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/8/2028	2.247.870,23
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/11/2028	3.208.936,02
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/3/2028	548.591,75
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/3/2028	1.974.460,40
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/2/2028	1.759.477,30
CT0394996 - CEF - FINISA	Res. CMN 4109/12	1/10/2012	15/9/2032	354.368.846,57

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTRATOS INTERNOS				
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)				
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL
		INÍCIO	TÉRMINO	
<b>BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A</b>				<b>2.553.029.009,60</b>
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	Lei nº 8.755/07 e 9.117/09	25/9/2009	15/10/2019	43.269.733,75
CT1020079 - BNDES - PEF II	Lei nº 9.374/09	20/5/2010	15/6/2020	28.941.119,09
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	Lei nº 9.004/08	20/5/2010	15/6/2020	60.176.655,86
CT1221155 - BNDES - PROEDES	Lei nº 9.874/12 Res. CMN 4091/12	1/10/2012	15/10/2034	2.364.398.733,70
CT1212601 - BNDES - BRT	Lei nº 9.593/2010	15/1/2013	15/6/2032	56.242.767,20
<b>BANCO DO BRASIL S.A - UNIÃO</b>				<b>2.302.613.021,45</b>
CT0000698 - UNIÃO - B.BRASIL	Lei nº 5.293/96 e 5.388/97	24/3/1998	30/3/2028	1.376.359.569,02
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	Lei nº 7.546/03	28/2/1998	1/7/2018	926.253.452,43
<b>FUNDAÇÃO BANESES E SEG. SOCIAL</b>				<b>51.206.580,27</b>
CT0005527 - BANESES	Lei nº 5527/97	29/6/1998	30/11/2018	51.206.580,27
<b>TOTAL DA DÍVIDA INTERNA</b>				<b>5.275.526.409,15</b>

Fonte: SIGEFES

CONTRATOS EXTERNOS				
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)				
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL
		INÍCIO	TÉRMINO	
<b>BANCO INT. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENV. - (BIRD)</b>				<b>244.630.917,02</b>
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	Lei nº 7.728/93	10/11/2004	15/5/2021	34.666.517,36
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	Lei nº 8.860/08	17/9/2009	15/9/2038	184.014.116,00
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	Lei nº 10.050/13	28/9/2015	15/8/2038	25.950.283,66
<b>BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - (BID)</b>				<b>716.366.004,46</b>
CT0001002 - BID - PRES II	Lei nº 6.731/01	28/3/2006	20/1/2026	137.778.200,00
CT0002245 - BID - PROFAZ	Lei nº 9.072/08	5/11/2010	15/4/2030	51.377.831,75
CT0002483 - BID - PRES III	Lei nº 8.996/08	21/12/2011	20/12/2035	527.209.972,71
<b>TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA</b>				<b>960.996.921,48</b>
<b>TOTAL GERAL DA DÍVIDA</b>				<b>6.236.523.330,63</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 19. Fornecedores e Contas a Pagar

Esta conta compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

	31/12/2017	31/12/2016
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FORNECEDORES NACIONAIS	155.314.346,82	149.984.449,97
RETENÇÃO CONTRATUAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES - SALDO SIAFEM	104.261,82	104.261,82
VALORES BLOQUEADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	3.617.266,96	1.528.721,72
<b>TOTAL</b>	<b>159.035.875,60</b>	<b>151.617.433,51</b>

Fonte: SIGEFES

### 20. Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo

As “Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

	31/12/2017			31/12/2016		
OBRIGAÇÕES FISCAIS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRPJ A RECOLHER	1.453,83	0,00	1.453,83	38.506,75	0,00	38.506,75
PIS/PASEP - DO EXERCÍCIO	3.295.020,60	0,00	3.295.020,60	2.918.617,20	0,00	2.918.617,20
TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	148,67	0,00	148,67
TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS A RECOLHER	224,56	0,00	224,56	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	271.351,83	271.351,83
<b>TOTAL</b>	<b>3.296.698,99</b>	<b>0,00</b>	<b>3.296.698,99</b>	<b>2.957.272,62</b>	<b>271.351,83</b>	<b>3.228.624,45</b>

Fonte: SIGEFES

## 21. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Os montantes de R\$ 1.863.848,68 (em 2017) e R\$ 2.689.514,21 (em 2016) registrados na linha “Obrigações de Repartição a Outros Entes” referem-se à cota-parte de ICMS e à cota-parte de IPVA arrecadados nos últimos dias do ano e ainda não repassados aos municípios quando do término do exercício.

## 22. Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo

As “Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

PROVISÕES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	1.036.255,20	0,00	1.036.255,20	0,00	0,00	0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	0,00	1.271.535.025,19	1.271.535.025,19
OUTRAS PROVISÕES	2.304.888,38	1.278.382.833,55	1.280.687.721,93	0,00	1.180.184.803,91	1.180.184.803,91
<b>TOTAL</b>	<b>3.341.143,58</b>	<b>3.460.776.698,75</b>	<b>3.464.117.842,33</b>	<b>0,00</b>	<b>2.451.719.829,10</b>	<b>2.451.719.829,10</b>

R\$

Fonte: SIGEFES

### 22.1. Provisões Matemáticas Previdenciárias

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2017 foi realizado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda. Em relação às premissas atuariais adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

- Tábua completa de mortalidade – ambos os sexos, elaborada pelo IBGE do ano de 2015;
- Ocorrência dos eventos de invalidez, de acordo com a “Tábua de Entrada em Invalidez”, “Álvaro Vindas”;
- “Turn-over” dos servidores, em relação ao vínculo de emprego;
- Crescimento real do salário de 1% ao ano;
- Crescimento real dos benefícios do plano: 0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculadas à correção monetária do RGPS;
- Sem solidariedade de gerações, no financiamento dos benefícios;

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Ter começado a trabalhar aos 18 anos de idade, quando não informado o tempo de INSS anterior;
- Taxa real de retorno pela aplicação do patrimônio do “*Fundo de Previdência*” de 5,75% ao ano – Plano Previdenciário e 0% ao ano – Plano Financeiro;
- A taxa anual de juros real adotada para o Plano Previdenciário baseou-se na rentabilidade anual aferida na política de investimentos para as aplicações dos recursos do RPPS para os próximos anos, uma vez que a política de investimentos tem como parâmetro o IPCA + 5,75% ao ano;
- Considerando que as correções salariais negociadas pelas associações da classe / sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores;
- Fator de atualização potencial  $FA \geq (IPCA)$ ;
- Método de Capitalização utilizado. Crédito unitário projetado (PUC);
- Composição familiar formada pelo cônjuge e dois filhos, quando não informado no banco de dados.

O passivo atuarial é representado pelo valor atual dos compromissos do IPAJM com os servidores ativos, aposentados e pensões, menos o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e empregadores.

O passivo atuarial é determinado por processo matemático-atuarial, considerando os seguintes elementos:

- Valor dos benefícios assegurados de prestação continuada (aposentadoria e pensão por morte);
- Valor dos benefícios assegurados de prestação única ou de curto prazo (auxílios);
- Expectativas de sobrevivência;
- Probabilidades de morte e invalidez;
- Taxas de permanência no emprego;
- Taxas de novos entrados;
- Taxa de aplicação financeira do fundo;
- Nível de contribuição dos segurados;
- Nível de contribuição dos empregadores;
- Valor da folha de vencimentos dos segurados;
- Valor do Fundo de Previdência já existente.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo do passivo atuarial, também denominado “*Provisão Matemática*”, é elaborado sobre duas massas de segurados:

- A primeira, composta pelos segurados que já estão recebendo o benefício de prestação continuada. Nesse caso, o resultado do cálculo é denominado “*Provisão Matemática de Benefícios Concedidos*”.
- A segunda, composta pelos segurados que ainda não estão recebendo o benefício de prestação continuada. Nesse caso, o resultado do cálculo é denominado “*Provisão Matemática de Benefícios a Conceder*”. Dentro desse grupo temos aqueles que já preencheram todas as condições para começar a receber o benefício de aposentadoria e são denominados “*Iminentes*”. Os segurados que ainda não completaram o tempo ou a idade necessária para começar a receber o benefício de aposentadoria são denominados “*Não Iminentes*”.

A situação atual do Estado, a partir dos resultados obtidos no estudo da massa de servidores segurados, está conforme segue:

R\$

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2017			31/12/2016		
	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
<b>PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	49.784.442.531,52	574.020.965,98	50.358.463.497,50	44.237.615.922,13	125.766.475,69	44.363.382.397,82
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DOS INATIVOS	-1.254.419.093,28	-14.869.399,79	-1.269.288.493,07	-1.079.425.335,04	-1.409.148,58	-1.080.834.483,62
CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	-214.077.887,74	-2.309.352,13	-216.387.239,87	-254.932.550,43	-1.743.099,00	-256.675.649,43
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-177.263.464,04	-876.166,61	-178.139.630,65	0,00	0,00	0,00
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-48.138.682.086,46	0,00	-48.138.682.086,46	-42.903.258.036,66	0,00	-42.903.258.036,66
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>0,00</b>	<b>555.966.047,45</b>	<b>555.966.047,45</b>	<b>0,00</b>	<b>122.614.228,11</b>	<b>122.614.228,11</b>
<b>PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	32.508.390.074,20	5.922.620.223,98	38.431.010.298,18	31.490.264.572,96	5.687.258.953,63	37.177.523.526,59
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	-1.948.895.559,00	-2.794.027.229,23	-4.742.922.788,23	-2.543.969.682,96	-2.953.521.657,44	-5.497.491.340,40
CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS	-974.447.779,50	-1.502.165.177,00	-2.476.612.956,50	-1.365.056.903,05	-1.584.816.499,11	-2.949.873.402,16
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-3.303.210.960,89		-3.303.210.960,89	-3.616.645.797,11	0,00	-3.616.645.797,11
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-26.281.835.774,81		-26.281.835.774,81	-23.964.592.189,84	0,00	-23.964.592.189,84
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>0,00</b>	<b>1.626.427.817,75</b>	<b>1.626.427.817,75</b>	<b>0,00</b>	<b>1.148.920.797,08</b>	<b>1.148.920.797,08</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.182.393.865,20</b>	<b>2.182.393.865,20</b>	<b>0,00</b>	<b>1.271.535.025,19</b>	<b>1.271.535.025,19</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Das variações ocorridas nas provisões matemáticas previdenciárias, destacamos a variação de 11,2949% de acréscimo no déficit atuarial do Fundo Financeiro (insuficiência financeira), motivado pelos mais de 2.000 servidores ativos que passaram para inativos no exercício de 2017; e a alteração da tábua de mortalidade de 2015 (IBGE), conforme já exposto em nota pela empresa de atuária. Enquanto no Fundo Previdenciário o aumento na provisão de “*Concedidos e A Conceder*” está diretamente relacionado à compra de vidas. São servidores que saíram da provisão do Fundo Financeiro e passaram a integrar na provisão do Fundo Previdenciário.

### 22.2. Outras Provisões

As premissas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas (Poder Executivo) acerca das despesas com “*Complementação de Aposentadorias*” foram as mesmas adotadas na Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM. A taxa de juros aplicada para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foi de 0% ao ano.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Poder Executivo que possuem saldo na conta contábil “*Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos – Complementação de Aposentadorias (227919000)*”:

	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>OUTRAS PROVISÕES</b>		
<b>APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS</b>		
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	3.426.651,24	4.515.575,74
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	11.039.432,59	11.300.427,96
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	57.208.158,88	56.188.878,66
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	3.102.183,38	3.890.380,50
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	101.918.858,11	100.598.633,17
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	805.503.114,20	770.063.535,26
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	5.173.190,02	5.051.118,88
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.303.016,24	1.335.350,43
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	5.242.312,24	6.371.026,42
800101 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	181.060.720,25	220.869.876,89
<b>TOTAL</b>	<b>1.174.977.637,15</b>	<b>1.180.184.803,91</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O montante de R\$ 83.020.914,45 registrado na conta contábil “Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos – Complementação de Aposentadorias (227919000)”, na Unidade Gestora 010101 (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo), refere-se à avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2017, relativa à obrigação para pagamento dos benefícios, direitos e vantagens dos associados, beneficiários e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais – IPDE, cuja obrigação de pagamento é da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Lei Estadual nº 4.541/91, mas que foi realizado pela empresa Exactus Consultoria Atuarial Ltda.

Em relação às premissas atuariais, e as hipóteses atuariais e financeiras adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

- Taxa de Juros Real (a.a.) = 5,18%;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano (a.a.) = 0,00%;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios (a.a.) = 100,00%;
- Hipóteses Biométricas: Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de morte) = AT-2000; Male Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de sobrevivência) = AT-2000; Male Composição Familiar = Base de Dados Regime Financeiro: Aposentadorias = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado); Pensão por Morte de Aposentado = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado); Pecúlio e Auxílio Funeral = Regime de Repartição Simples.

As demais provisões foram reconhecidas, em regra, de acordo com a análise jurídica de cada ação.

### 23. Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo

As “Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	0,00	0,00	460,32	0,00	460,32
CONSIGNAÇÕES	17.566.115,48	0,00	17.566.115,48	11.469.010,35	0,00	11.469.010,35
DEPÓSITOS JUDICIAIS	14.191.333,58	0,00	14.191.333,58	13.747.191,01	0,00	13.747.191,01
DEPÓSITOS NAO JUDICIAIS	21.929.251,50	0,00	21.929.251,50	24.424.548,29	0,00	24.424.548,29
VALORES A REP. DO FUNDEB - MUNICÍPIOS	2.440.729,28	0,00	2.440.729,28	1.477.208,71	0,00	1.477.208,71

R\$

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
RETENÇÃO OU BLOQUEIO JUDIC./ADM.	1.448.599,54	0,00	1.448.599,54	1.374.832,99	0,00	1.374.832,99
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	0,00	0,00	227.030,90	0,00	227.030,90
CONTRATANTES DE OBRAS - IOPES P/ORDEM ADM.	4.461.467,74	0,00	4.461.467,74	5.943.997,71	0,00	5.943.997,71
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS P/ORDEM JUD.	304.681,51	0,00	304.681,51	493.841,83	0,00	493.841,83
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS - POR ORDEM JUDICIAL	683.275,10	0,00	683.275,10	683.275,10	0,00	683.275,10
PECÚLIOS PRESIDÁRIOS - DETALHADO POR FONTE	1.294.617,06	0,00	1.294.617,06	1.211.954,80	0,00	1.211.954,80
DEPÓSITO JUDICIAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA - UG 800102	1.060.316,30	0,00	1.060.316,30	962.213,26	0,00	962.213,26
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	0,00	58.062.495,65	50.919.653,23	0,00	50.919.653,23
DEP. PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	683.070,83	0,00	683.070,83	28.932,61	0,00	28.932,61
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.020.345,06	0,00	219.020.345,06	328.993.299,14	0,00	328.993.299,14
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	0,00	11.335.194,17	11.245.043,26	0,00	11.245.043,26
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	0,00	234.397,46	263.313,50	0,00	263.313,50
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	136.077.450,75	0,00	136.077.450,75	118.407.537,53	0,00	118.407.537,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	33.908.514,26	33.908.514,26
<b>TOTAL</b>	<b>490.793.341,01</b>	<b>0,00</b>	<b>490.793.341,01</b>	<b>571.873.344,54</b>	<b>33.908.514,26</b>	<b>605.781.858,80</b>

Fonte: SIGEFES

### 24. Precatórios da Trimestralidade

No Balanço Patrimonial, não estão incluídos os precatórios referentes à trimestralidade, por estarem suspensos por ordens judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e de tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça - STJ e Supremo Tribunal Federal - STF).

Os precatórios da trimestralidade têm origem no art. 6º da Lei Estadual 3.935/87 (Lei da Trimestralidade ou do Gatilho), que tratava da concessão de recomposição de vencimentos e proventos a cada três meses, automaticamente, com base em 60%, no mínimo, da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no trimestre.

Os precatórios da trimestralidade foram objeto de ações judiciais impetradas pelo Governo do Estado, em meados dos anos 2000, buscando obter a declaração de nulidade das decisões judiciais já transitadas em julgado (*querela nulitatis* visando à relativização da coisa julgada inconstitucional), voltando-se a atuação, exclusivamente, para os precatórios formados a partir de decisões judiciais fundadas na Lei Estadual nº 3.935/87. Nessas ações declaratórias, o Estado do Espírito Santo conseguiu provimentos antecipatórios para determinar a suspensão da exigibilidade da coisa julgada e, conseqüentemente, dos “precatórios da trimestralidade”. Por força dessas liminares, os precatórios foram excluídos da lista de antiguidade de precatórios do TJES, permitindo que o Estado do Espírito Santo retornasse o pagamento dos precatórios devidos de modo inquestionável.

A Presidência do TJES, em 6 de abril de 2015, reconheceu a necessidade de revisão dos precatórios da trimestralidade para impor a limitação dos cálculos aos reajustes posteriores. Nos autos do Precatório nº 200.970.00.523, em que se discutiu, perante a Comissão de Precatórios da Trimestralidade, a necessidade de revisão de todos os precatórios, o Exmo. Sr. Des. Presidente, após percuciente análise, proferiu decisão reconhecendo ser devida a limitação temporal da condenação e da imputação de reajustes ulteriores sob idêntico fundamento. A questão encontra-se pendente de análise no âmbito do Tribunal de Justiça, cujo desfecho a Procuradoria Geral do Estado (PGE) aguarda, a fim de prover continuidade à revisão dos precatórios.

Optou-se por não divulgar mais informações tendo por base o item 109 da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016, de forma a não prejudicar consideravelmente a posição do Governo do Estado no tocante às ações ajuizadas em relação aos precatórios da trimestralidade.

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

### 25. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores contabilizados no exercício 2017 diretamente nas contas contábeis de “*Ajustes de Exercícios Anteriores*”, no montante de R\$ 1.346.955.247,64, são decorrentes de: mudanças de políticas contábeis e ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos em exercícios anteriores.

### 26. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Para fins de apuração do “*Quadro do superávit/déficit financeiro*”, no saldo da conta 821110000 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) foram acrescentados os “*créditos a receber (conta 112220100)*” e as “*contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)*”. Sendo assim, a equação contábil citada no MCASP 7ª edição, parte IV - PCASP, item 3.5.3.3, página 360, passa ter a seguinte estrutura:

Saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 + o saldo das contas “*créditos a receber (conta 112220100)*” e “*contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)*” = soma dos saldos das contas [de classes 1 e 2 com atributo “F”; 6.2.2.1.3.01.00 e 6.3.1.1.0.00.00].

### 27. Ativos Contingentes

O montante de R\$ 1.191.902.437,18 registrado na conta contábil 711910590 - OUTROS ATIVOS CONTINGENTES, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), refere-se ao estoque de Certidões de Dívidas Ativas (CDAs) que se encontram na condição de “*suspensas*” e “*em garantia*” nos valores de R\$ 756.477.066,38 e R\$ 435.425.370,80, respectivamente.

### 28. Passivos Contingentes

O montante de R\$ 46.423.641,64 registrado na conta contábil 712110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), refere-se à garantia do Estado do Espírito Santo concedida ao contrato de financiamento nº 0346.616-59, firmado entre a Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN e a Caixa Econômica Federal (CEF).

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

## 29. Impostos e Transferências

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

	R\$	
	2017	2016
<b>IMPOSTOS</b>		
IMPOSTO S/ A RENDA E PROV. DE QUALQUER NAT.	613.611.913,22	588.053.170,55
ITCD	65.666.788,46	55.085.292,15
IPVA	482.844.059,23	471.007.923,92
ICMS	9.045.423.297,76	8.605.403.592,46
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-745.694,71	-221.905,06
(-) IRRF PF	-1.613,37	-7.930,18
(-) IRRF PJ	-7.794,87	-4.348,64
(-) IPVA	-396.918,31	-170.736,55
(-) ITCD	-339.368,16	-38.889,69
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS - ICMS	-1.620.686,13	-221.711,09
<b>TOTAL</b>	<b>10.205.179.677,83</b>	<b>9.719.106.362,93</b>
<b>TAXAS</b>		
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	95.363.891,84	92.042.905,34
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	484.356.456,27	434.503.854,43
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	51.532.745,23	48.781.245,79
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-485.673,92	-420.722,71
<b>TOTAL</b>	<b>630.767.419,42</b>	<b>574.907.282,85</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>		
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.049.045,57	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.727.589.229,60	4.547.438.397,65
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	141.268.101,97	167.669.062,07
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	104.906,81	36.438,43
<b>TOTAL</b>	<b>4.879.011.283,95</b>	<b>4.715.143.898,15</b>

Fonte: SIGEFES

### 30. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi negativo de R\$ 864.287.489,42. Grande parte desse resultado foi decorrente das “PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS”, no montante de R\$ 910.858.840,01, registrado na Unidade Gestora 600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO, contribuindo significativamente para o déficit patrimonial do período.

As Variações Patrimoniais Qualitativas correspondem às incorporações e desincorporações de ativos, bem como às incorporações e desincorporações de passivos, não afetando o resultado patrimonial do período. Para fins de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais Qualitativas (quadro abaixo), foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, tendo por base a relevância da informação.

R\$		
VARIACIONES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2017	2016
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	871.837.637,62	922.525.081,71
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	233.425.908,92	263.894.849,36
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	88.870.091,22	299.083.624,42
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	17.312.375,54	7.294.588,47

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

### 31. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na DFC não estão computados os valores de «Depósitos e Cauções», «Penas Pecuniárias», «Conta Especial de Precatórios», «Valores a Repassar - DETRAN», «Depósitos do IPAJM», «Pecúlios Presidiários», e «Parcelamento de Dívida Ativa», pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 3.231.399.963,91 está aplicada em fundos de investimentos de renda fixa e variável pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Vale ressaltar que as aplicações do Fundo Previdenciário estão enquadradas nos seguintes normativos: Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações; e Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.

### Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa da DFC

	R\$	
	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.609.213.545,09	2.482.532.528,49
REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO	9.113.403,08	25.083.471,94
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	140.597.691,77	536.702.698,64
TÍTULOS PÚBLICOS - MERCADO ABERTO	0,00	898.864.697,93
FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VAR.	0,00	70.889.161,25
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	431.472.169,75
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INV. E APLIC. TEMP. A LP	0,00	-3.176.351,72
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	2.473.140.053,86	0,00
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>5.232.064.693,80</b>	<b>4.442.368.376,28</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.921.049.676,19	2.609.213.545,09
REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO	9.224.206,61	9.113.403,08
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	155.258.438,39	140.597.691,77
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>6.186.353.438,33</b>	<b>5.232.064.693,80</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

### 32. Variação do Patrimônio Líquido no Período

A alteração do Patrimônio Líquido (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) ocorrida no exercício de 2017, em comparação com o ano de 2016, foi de R\$ 487.667.758,22. Parte dessa variação se refere ao resultado patrimonial de 2017 apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no montante de (R\$ 864.287.489,42); outra parte, cujo valor é de R\$ 1.346.955.247,64, refere-se aos ajustes de exercícios anteriores; e o valor restante de R\$ 5.000.000,00 diz respeito ao aumento de capital registrado na Unidade Gestora 300902 – FUNDESUL.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### 33. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na tabela a seguir, apresenta-se o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias:

RECEITAS CORRENTES REALIZADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		2017	DESPESAS EMPENHADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		2017
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.344.772.835,40	DESPESAS CORRENTES		2.364.451.765,67
RECEITA PATRIMONIAL		375.231,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.345.441.197,23
RECEITA INDUSTRIAL		8.094.583,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.010.568,44
RECEITA DE SERVIÇOS		9.068.200,80	DESPESAS DE CAPITAL		375.231,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.438.467,35	INVESTIMENTOS		375.231,46
<b>TOTAL</b>		<b>2.363.749.318,72</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2.364.826.997,13</b>

Fonte: SIGEFES

### 34. Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

Do montante de R\$ 1.134.746.931,21 proveniente de créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, o valor de R\$ 780.701.042,33 foi executado conforme discriminado abaixo:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ 2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	119.598.178,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.732.941,72
INVESTIMENTOS	357.362.907,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	17.007.014,31
<b>TOTAL</b>	<b>780.701.042,33</b>

Fonte: SIGEFES

### 35. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Créditos

Do valor de R\$ 14.392.338.001,88 empenhado no exercício de 2017, R\$ 12.742.666.321,91 refere-se a créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual do referido exercício, R\$ 1.649.668.203,62 a créditos suplementares e R\$ 3.476,35 a créditos especiais, conforme levantamento elaborado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP.

### 36. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 745.742.940,62 e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (R\$ 15.138.080.942,50) e a despesa empenhada (R\$ 14.392.338.001,88).

# BALANÇO FINANCEIRO

## 37. Deduções das Receitas Orçamentárias

As deduções das receitas orçamentárias são representadas pelas transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB, bem como pelas restituições de receitas e pelos rendimentos negativos de aplicações financeiras, conforme valores demonstrados abaixo:

	R\$	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2017	2016
<b>(-) DEDUÇÕES POR RESTITUIÇÃO DE RECEITAS</b>	<b>57.347.447,12</b>	<b>9.701.002,93</b>
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.373.385,76	4.911.456,74
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	364,94	45.063,42
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	245.400,00	258.000,00
132 - COTA-PARTE FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	64,69
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	68.631,82	360.025,28
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	1.149,99	0,00
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	45.130.154,26	0,00
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	0,00	68.512,81
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	28.091,29	27.100,84
167 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL	0,00	0,11
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	606.641,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	878.659,41	4.030.779,04
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	310,34	0,00
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	9.344,14	0,00
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.850,06	0,00
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	3.464,11	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>2.725.039.202,81</b>	<b>2.595.951.984,99</b>
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.612.951.366,35	2.504.816.674,57
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	8.985.767,41	6.697.340,92
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	103.102.069,05	84.437.969,50

continua

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2017	2016
<b>(-) DEDUÇÕES DE FUNDEB</b>	<b>1.757.165.889,49</b>	<b>1.709.526.546,96</b>
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.757.165.889,49	1.709.526.546,96
<b>(-) OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>7.983.261,84</b>	<b>8.078.959,29</b>
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	7.983.261,84	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	8.078.959,29
<b>TOTAL</b>	<b>4.547.535.801,26</b>	<b>4.323.258.494,17</b>

Fonte: SIGEFES

### 38. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Na tabela a seguir, são apresentadas as "Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas":

TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS			TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS		
	2017	2016		2017	2016
COTA FINANCEIRA RECEBIDA	6.786.514.281,22	6.537.113.345,67	COTA CONCEDIDA	6.786.514.281,22	6.537.113.345,67
REPASSE RECEBIDO	128.290.724,66	135.651.805,20	REPASSE CONCEDIDO	128.290.724,66	135.651.805,20
SUB-REPASSE RECEBIDO	530.913.226,02	502.158.434,39	SUB-REPASSE CONCEDIDO	530.913.226,02	502.158.434,39
DEVOLUÇÃO DE COTA RECEBIDA	206.247.726,40	111.494.431,79	DEVOLUÇÃO DE COTA CONCEDIDA	206.247.726,40	111.494.431,79
DEVOLUÇÃO DE REPASSE	746.953,19	9.059.216,46	DEVOLUÇÃO DE REPASSE CONCEDIDO	746.953,19	9.059.216,46
DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE RECEBIDO	866.900,40	19.666,94	DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE CONCEDIDO	866.900,40	19.666,94
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	66.999.732,14	68.756.995,89	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	66.999.732,14	68.756.995,89
LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	0,00	70.326.937,79	LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	0,00	70.326.937,79
LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2016	0,00	17.583.992,42	LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2016	0,00	17.583.992,42
DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.358,60	0,00	DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.358,60	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.720.597.902,63</b>	<b>7.452.164.826,55</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.720.597.902,63</b>	<b>7.452.164.826,55</b>

Fonte: SIGEFES

39. Caixa e Equivalente de Caixa

R\$

	2017	2016	2017	2016
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>INGRESSOS</b>		<b>DISPÊNDIOS</b>	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.609.213.545,09	2.482.532.528,49	2.921.049.676,19	2.609.213.545,09
REDE BANCÁRIA - ARRECAÇÃO	9.113.403,08	25.083.471,94	9.224.206,61	9.113.403,08
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	140.597.691,77	536.702.698,64	155.258.438,39	140.597.691,77
TÍTULOS PÚBLICOS - MERCADO ABERTO	0,00	898.864.697,93	0,00	0,00
FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VAR.	0,00	70.889.161,25	0,00	0,00
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	431.472.169,75	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INV. E APLIC. TEMP. A LP	0,00	-3.176.351,72	0,00	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	2.473.140.053,86	0,00	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86
<b>TOTAL</b>	<b>5.232.064.693,80</b>	<b>4.442.368.376,28</b>	<b>6.186.353.438,33</b>	<b>5.232.064.693,80</b>

Fonte: SIGEFES

40. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

R\$

	2017	2016	2017	2016
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>INGRESSOS</b>		<b>DISPÊNDIOS</b>	
DEP. E CAUÇÕES RELAT. A CONTR. OU CONV.	20.519.659,03	15.115.614,32	21.655.234,16	20.519.659,03
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	59.226,92	0,00	54.560,57	59.226,92
PENAS PECUNIÁRIAS	11.245.043,26	7.145.545,97	11.335.194,17	11.245.043,26
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	329.338.080,73	400.927.943,46	219.559.115,31	329.338.080,73
VALORES A REPASSAR - DETRAN	50.919.653,23	26.708.244,02	58.062.495,65	50.919.653,23
DEPÓSITOS DO IPAJM	227.030,90	209.628,09	0,00	227.030,90
PECÚLIOS PRESIDÁRIOS	1.211.954,80	1.098.383,46	1.294.617,06	1.211.954,80
VALORES BLOQUEADOS EM CONTAS BANCÁRIAS	0,00	0,00	102.745,09	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	263.313,50	502.773,23	234.397,46	263.313,50
<b>TOTAL</b>	<b>413.783.962,37</b>	<b>451.708.132,55</b>	<b>312.298.359,47</b>	<b>413.783.962,37</b>

Fonte: SIGEFES

#### 41. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 852.803.141,63 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 6.498.651.797,80) e no início do ano (R\$ 5.645.848.656,17).

# 2017

BALANÇO  
GERAL



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria da Fazenda*

